

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

HELENA DANTAS ALLEGRO

**Os conceitos de Paisagem e Território na construção do Sistema Nacional de Unidades de
Conservação do Brasil: O caso do Parque Estadual Ilha do Cardoso - SP**

**The concepts of Landscape and Territory in the construction of Brazil's National System of
Conservation Units: The case of “Parque Estadual Ilha do Cardoso - SP”**

São Paulo

2024

HELENA DANTAS ALLEGRO

Os conceitos de Paisagem e Território na construção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil: O caso do Parque Estadual Ilha do Cardoso - SP

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Profa. Dra. Sueli Angelo
Furlan

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A939t Autor, Nome do
Título do do trabalho acadêmico: subtítulo sem
negrito / Nome do Autor ; orientador Nome do
Orientador. - São Paulo, 2015.
98 f.

TGI (Trabalho de Graduação Integrado) - Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Normalização. 2. Trabalho acadêmico. I.
Orientador, Nome do , orient. II. Título.

ALLEGRO, Helena Dantas. ALLEGRO, Helena Dantas. **Os conceitos de Paisagem e Território na construção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil: O caso do Parque Estadual Ilha do Cardoso - SP.** Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

À minha família e aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Sueli Angelo Furlan, pela atenção e apoio durante o processo de definição e orientação.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de me formar geógrafa, um sonho antigo.

À minha família, que me incentivou a iniciar e concluir essa jornada, e que despertou meu interesse na geografia.

Aos meus amigos, que me apoiaram durante a graduação e estarão presentes comigo colhendo os seus frutos.

A todos e todas os colegas que, direta ou indiretamente, colaboraram com essa formação.

*“O desafio que proponho aqui é imaginar
cartografias, camadas de mundos, nas
quais as narrativas sejam tão plurais
que não precisamos entrar em conflito
ao evocar diferentes histórias de
fundação”*

Ailton Krenak

RESUMO

ALLEGRO, Helena Dantas. **Os conceitos de Paisagem e Território na construção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil: O caso do Parque Estadual Ilha do Cardoso - SP.** 2024. 55 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

A proteção e conservação ambiental no Brasil são geridas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado em 2000 para regular e definir áreas de relevante interesse socioambiental. O SNUC estabelece diretrizes para a criação e gestão dessas áreas, exigindo planos de manejo elaborados de forma participativa. No entanto, a eficácia dessas políticas depende da integração dos conceitos de paisagem e território, que são complexos e sujeitos a diversas interpretações teóricas. Essa complexidade é particularmente evidente no contexto das comunidades caiçaras, cuja cultura e modo de vida não se encaixam facilmente nas delimitações fixas das Unidades de Conservação. A gestão dessas áreas deve, portanto, considerar as particularidades culturais e territoriais das comunidades locais para garantir uma conservação ambiental inclusiva e eficaz. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os conceitos de paisagem e território utilizados na construção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e aplicados ao estabelecimento do Parque Estadual Ilha do Cardoso. A metodologia desta pesquisa se trata de uma revisão bibliográfica dos principais autores sobre os temas, complementada por um estudo de caso com análise de documentos do PE Ilha do Cardoso relacionados aos conceitos de território e paisagem para entender como esses conceitos são abordados nesses. No contexto do SNUC, a análise integrada dos conceitos de paisagem e território revela a complexidade da gestão ambiental e da interação entre natureza e cultura. A paisagem, definida como um espaço geográfico dinâmico que reflete a interação entre elementos naturais e culturais, é exemplificada pela Ilha do Cardoso, onde a rica biodiversidade e as práticas culturais das comunidades tradicionais moldam um cenário multifacetado. O território, por sua vez, é visto como um espaço de relações sociais e conflitos entre diferentes grupos, como evidenciado pela luta das comunidades caiçaras pela preservação de seus modos de vida frente às políticas de conservação. Assim, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso ilustra a necessidade de uma gestão participativa que integre conhecimentos locais e científicos para conciliar a proteção ambiental com o desenvolvimento socioeconômico, destacando a importância da educação ambiental e da conscientização pública para uma conservação eficaz e sustentável.

Palavras-chave: Paisagem. Território. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Ilha do Cardoso.

ABSTRACT

ALLEGRO, Helena Dantas. **The concepts of Landscape and Territory in the construction of Brazil's National System of Conservation Units:** The case of “Parque Estadual Ilha do Cardoso - SP”. 2024. 55 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Environmental protection and conservation in Brazil is managed by the National System of Nature Conservation Units (SNUC), created in 2000 to regulate and define areas of relevant socio-environmental interest. The SNUC establishes guidelines for the creation and management of these areas, requiring participatory management plans. However, the effectiveness of these policies depends on integrating the concepts of landscape and territory, which are complex and subject to different theoretical interpretations. This complexity is particularly evident in the context of caíçara communities, whose culture and way of life do not easily fit into the fixed boundaries of Conservation Units. Therefore, the management of these areas must consider local communities' cultural and territorial particularities to guarantee inclusive and effective environmental conservation. The aim of this study is to analyze the concepts of landscape and territory used in the construction of Brazil's National System of Conservation Units in the Ilha do Cardoso State Park. The methodology of this research is a bibliographical review of the main authors on the themes, complemented by a case study analyzing the documents of the Ilha do Cardoso State Park concerning the concepts of territory and landscape in order to understand how these concepts are approached in these. In the context of the SNUC, an integrated analysis of the concepts of landscape and territory reveals the complexity of environmental management and the interaction between nature and culture. Landscape, defined as a dynamic geographical space that reflects the interaction between natural and cultural elements, is exemplified by Ilha do Cardoso, where the rich biodiversity and cultural practices of traditional communities shape a multifaceted scenario. The territory, in turn, is seen as a space of social relations and conflicts between different groups, as evidenced by the struggle of the caíçaras communities to preserve their way of life in the face of conservation policies. Thus, the Ilha do Cardoso State Park illustrates the need for participatory management that integrates local and scientific knowledge to reconcile environmental protection with socio-economic development, highlighting the importance of environmental education and public awareness for effective and sustainable conservation.

Keywords: Landscape. Territory. National System of Conservation Units. Cardoso Island.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O PE Ilha do Cardoso destacado em vermelho.....	27
Figura 2: Pousada e restaurante na Vila do Marujá.....	30
Figura 3: Mapa Mental da Territorialidade do Marujá – Dimensão Externa. Elaborado por moradores da comunidade em ago.2013 (organizado por Maurício A. Marinho).....	32
Figura 4: Mapa Mental da Territorialidade do Marujá – Ocupação Atual. Elaborado por jovens da comunidade em ago.2013 (organizado por Maurício A. Marinho).....	33
Figura 5: Casa de morador tradicional da Vila do Cambriú.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMEB - Associação de Moradores/as da Enseada da Baleia

Amoip - Associação de Moradores das Comunidades do Itacuruçá e Pereirinha

AMOMAR - Associação de Moradores do Marujá

APAs - Áreas de Proteção Ambiental

Ceparnic - Centro de Pesquisas Aplicadas em Recursos Naturais da Ilha do Cardoso

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Laboplan - Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental

NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras

PEIC - Parque Estadual Ilha do Cardoso

RESEX - Reserva Extrativista

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. METODOLOGIA.....	13
2.1 Revisão Bibliográfica.....	13
2.2 Coleta de Dados do Estudo de Caso	13
2.3 Análise Comparativa	14
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	15
3.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	15
3.2 O conceito de paisagem na Geografia.....	18
3.3 O conceito de território na Geografia.....	21
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	24
4.1 Parque Estadual Ilha do Cardoso	24
4.1.1 Relevo.....	28
4.1.2 Clima.....	28
4.1.3 Temperatura	29
4.1.4 Pluviosidade	29
4.2 Comunidade Caiçaras	29
4.2.1 Comunidade do Marujá.....	30
4.2.2 Comunidade do Cambriú	33
4.2.3 Comunidade Enseada da Baleia.....	34
4.3 Desafios da gestão socioambiental.....	37
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
5.1 Os caiçaras na Gestão do Parque	39
5.2 Plano de Manejo do Parque.....	40
5.3 Definição e Interpretação dos Conceitos de Paisagem e Território no Contexto do SNUC	41
5.4 Aplicação dos Conceitos no Estudo de Caso do Parque Estadual Ilha do Cardoso	43
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

As ações de proteção e conservação do meio ambiente são fundamentais para garantir a sustentabilidade e o equilíbrio dos ecossistemas. (SOUZA, et al., 2023) No Brasil, a proteção ambiental brasileira está solidamente baseada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), promulgado em 2000 para limitar e definir áreas de relevante interesse socioambiental para proteção. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2024) O SNUC é responsável por estabelecer as principais diretrizes e critérios para a delimitação, caracterização, gestão e manutenção de áreas protegidas em todo o território nacional. O SNUC pressupõe, ainda, que toda Unidade de Conservação tenha um plano de manejo que descreva e oriente o uso daquela UC a partir de um zoneamento construído em processo coletivo, colaborativo e público, que envolva principalmente as pessoas diretamente impactadas por ele. (BRASIL, 2000)

Uma questão intrínseca à criação de uma Unidade de Conservação (UC) é, por sua vez, o conceito de paisagem e território empregado pelos marcos normativos que as definem. A efetividade da política de conservação ambiental está ligada à forma como a paisagem e o território são considerados no processo de estabelecimento e gestão das unidades de conservação, o que pode gerar implicações significativas na percepção e relação da sociedade e comunidade com a área protegida. Em outras palavras, a delimitação de fronteiras que restringem e normatizam o uso de uma determinada área parte de pressupostos teóricos de denominação de espaço e território.

Não por acaso, a definição de paisagem e território é, em si, tema caro à Geografia Humana e Física, sendo ambos os conceitos, muitas vezes, sobrepostos, usados como sinônimos e, resultados em si de disputa teórica nas diferentes escolas e correntes geográficas. Dessa disputa, ficam sujeitas à subjetividade as políticas como o SNUC e a criação de Unidades de Conservação que, por sua vez, são áreas reais com implicações de uso reais. Como constata Furlan (2000) ao descrever os impactos da criação do Parque Estadual de Ilhabela no viver e condições de cidadania da comunidade caiçara ali presente, o território em si é descontínuo em significados. Essa complexidade torna as políticas de conservação ambiental suscetíveis à subjetividade e destaca a necessidade de considerar as perspectivas e experiências das comunidades locais na gestão e na criação de áreas protegidas.

Definir as áreas que abrangem a cultura caiçara dentro das Unidades de Conservação apresenta um desafio adicional, uma vez que é impossível incluir todos os espaços de vivência em uma única delimitação ou em áreas específicas. Isso se deve à diversidade e à não continuidade de significados do território caiçara. Como observado por Furlan (2000), os espaços de vivência da cultura caiçara não podem ser facilmente encapsulados em fronteiras geográficas fixas devido à sua complexidade e variedade de significados. Essa realidade destaca a necessidade de abordagens flexíveis e sensíveis às particularidades culturais e territoriais das comunidades caiçaras ao estabelecer e gerenciar Unidades de Conservação.

O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar os conceitos de paisagem e território utilizados na construção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil no Parque Estadual Ilha do Cardoso. A partir desse reconhecimento, será realizado um estudo de caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso para entender de que forma a demarcação do parque e o desenvolvimento do plano de manejo desta UC se apropriam dos conceitos. Por meio dessa análise, busca-se compreender como esses conceitos influenciam a delimitação e caracterização das unidades de conservação, considerando suas implicações para a conservação socioambiental de modos de vida, da biodiversidade e dos recursos naturais.

2. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa se trata de uma revisão bibliográfica dos principais autores sobre os temas, complementada por um estudo de caso com análise de documentos do PE Ilha do Cardoso relacionando aos conceitos de território e paisagem para entender como esses conceitos são tratados/abordados nesses documentos, ou seja, como a administração pública aborda eles.

2.1 Revisão Bibliográfica

Foi realizada uma revisão crítica da literatura especializada em Geografia Humana e Física, focada nos conceitos de Paisagem e Território e foram identificados os principais autores, teorias e debates relacionados a esses conceitos, visando a compreensão de suas múltiplas dimensões e aplicações. A revisão de literatura foi abrangente, incluindo livros, artigos científicos, relatórios técnicos e documentos oficiais relacionados ao SNUC. Para garantir a abrangência da revisão, foram utilizados os principais portais de dados acadêmicos, como Google Acadêmico, Scielo, entre outros. Foram empregados descritores específicos para orientar a busca, incluindo "Paisagem", "Território", "Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)" e "Parque Estadual Ilha do Cardoso". Esses descritores foram selecionados para direcionar a pesquisa para os temas relevantes à investigação proposta, permitindo uma análise abrangente e detalhada da literatura disponível sobre o assunto. Assim, foi realizada uma revisão crítica de estudos prévios sobre a área de interesse, abrangendo pesquisas acadêmicas, relatórios técnicos e documentos institucionais relacionados ao Parque Estadual Ilha do Cardoso e às comunidades caiçaras. Essa revisão permitiu identificar lacunas de conhecimento, padrões recorrentes e questões relevantes para a pesquisa.

2.2 Coleta de Dados do Estudo de Caso

Utilizando os dispositivos previstos na Lei de Acesso à Informação, foram coletados dados públicos relevantes para o estudo de caso do Parque Estadual Ilha do Cardoso. Isso incluiu informações sobre o processo de elaboração do Plano de Manejo, bem como o Plano de Manejo Fase 1 e Fase 2, além de dados geográficos, demográficos e socioeconômicos da região, bem como registros históricos e culturais pertinentes à comunidade caiçara. Além disso, foram analisados documentos pertinentes ao PE, como o Decreto 40.319 que cria o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, a Portaria 139 que autoriza a cessão, ao Estado de São Paulo, da Ilha do Cardoso, localizada no litoral do estado destinando-se ao prosseguimento da implementação do "Parque Estadual da ilha do Cardoso", e a Lei 8.170 que dá denominação de "Dr. Raul Ximenes Galvão" ao Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

2.3 Análise Comparativa

Por fim, foi conduzida uma análise comparativa dos conceitos de Paisagem e Território empregados na legislação e nos documentos relacionados ao SNUC, em contraste com as percepções e práticas observadas no contexto específico do Parque Estadual Ilha do Cardoso. Essa análise permitiu identificar possíveis discrepâncias, desafios e oportunidades para a gestão eficaz das unidades de conservação, considerando as complexidades socioambientais e culturais envolvidas.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) surgiu como uma demanda constitucional, conforme destacado por Kinker (2002). Sua criação foi estabelecida pela Lei Nº 9.985/00, configurando um sistema interfederativo que engloba diferentes órgãos responsáveis pela regulamentação e gestão das áreas protegidas no Brasil. Essa legislação visa assegurar a uniformidade nacional no que diz respeito aos objetivos e critérios para a conservação ambiental.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado para maximizar o papel das Unidades de Conservação (UCs), garantindo que elas sejam planejadas e administradas de forma integrada. Isso visa representar de maneira significativa e ecologicamente viável as diversas espécies, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais. A gestão das UCs é realizada com a participação dos governos federal, estadual e municipal, através de diferentes órgãos que possuem responsabilidades específicas. No Painel de Unidades de Conservação Brasileiras, é possível consultar informações sobre a área das UCs por bioma, esfera administrativa, tipo de proteção, Unidade da Federação e categorias de manejo, entre outros aspectos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, 2022).

Os usos permitidos em cada UC variam conforme a sua categoria de manejo, proporcionando várias possibilidades de conservação e uso sustentável. Isso inclui a oferta de serviços ecossistêmicos como turismo, conservação do solo, uso racional de recursos madeireiros e não madeireiros (sementes, frutos, resinas), proteção de mananciais de abastecimento público, preservação de conhecimentos tradicionais, manutenção in loco do maior banco genético do mundo e a conservação de paisagens de beleza singular. A consolidação do SNUC representa uma oportunidade para a expansão e diversificação econômica com base na sustentabilidade, promovendo o respeito às diferenças e criando espaços para a interação e integração dos cidadãos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, 2022).

Uma das estratégias para fortalecer o SNUC é o apoio ao extrativismo em UCs que envolvem populações tradicionais, alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Um dos instrumentos dessa política é o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe) (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, 2022).

A administração do SNUC ocorre de maneira colaborativa entre os diversos níveis do poder público, envolvendo esferas federal, estadual e municipal. Os órgãos responsáveis possuem uma gama

de responsabilidades que abrangem desde a coordenação e monitoramento do sistema até a efetiva implementação das políticas de conservação. De acordo com informações do Ministério do Meio Ambiente (2024), o SNUC opera por meio de três modalidades de órgãos: consultivo/deliberativo, representado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente; central, por meio do Ministério do Meio Ambiente, responsável pela coordenação do sistema; e os órgãos executores, que criam e administram as Unidades de Conservação. Esses órgãos podem ser federais (como IBAMA e ICMBio), estaduais e municipais, e são essenciais para garantir a implementação eficaz das unidades de conservação.

Os objetivos do SNUC, conforme delineados pelo Ministério do Meio Ambiente (2024), incluem os dispostos no Art. 4º da legislação:

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos: (...)

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (BRASIL, 2000)

Os objetivos delineados pelo Ministério do Meio Ambiente para o SNUC refletem uma abordagem abrangente e integrada da conservação ambiental. Ao contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos, o SNUC reconhece a importância da biodiversidade para a saúde dos ecossistemas e para a sustentabilidade da vida no planeta. Além disso, ao promover a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, o sistema busca manter a integridade dos habitats naturais e dos serviços ecossistêmicos que eles fornecem.

O desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais é um objetivo fundamental do SNUC, visando garantir que o uso dos recursos seja feito de forma equilibrada e responsável, para atender às necessidades presentes sem comprometer as futuras. A valorização econômica e social da diversidade biológica reconhece o valor intrínseco da natureza, tanto para a economia quanto para o bem-estar humano.

A promoção da educação ambiental e da recreação em contato com a natureza demonstra o compromisso do SNUC com a conscientização pública e a promoção de estilos de vida sustentáveis. Por fim, a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais destaca a importância de respeitar e preservar os conhecimentos e culturas locais, promovendo sua inclusão social e econômica. Esses objetivos refletem uma abordagem holística e integrada da conservação ambiental, que considera não apenas a proteção da natureza, mas também o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável.

O Art 2º, inciso I da Lei nº 9.985/00, traz a definição de uma Unidade de Conservação:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I – Unidade de Conservação: o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000)

Portanto, as unidades de conservação desempenham um papel crucial como instrumentos legais para delimitar áreas de terra com objetivos e normas de utilização padronizados, de acordo com suas categorias. Essas unidades são divididas em duas principais categorias: Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral e de Uso Sustentável. As UCs de Proteção Integral são principalmente dedicadas à preservação da natureza, o que implica apenas o uso indireto dos recursos naturais presentes nessas áreas. Os parques estão incluídos nessa categoria. Por outro lado, as UCs de Uso Sustentável permitem o uso direto dos recursos naturais, desde que de maneira sustentável, visando garantir a conservação da natureza.

Cada unidade de conservação possui um objetivo específico e definido pelo SNUC. No entanto, todas as unidades de conservação seguem os objetivos gerais estabelecidos pelo sistema no Art. 4º da legislação.

O Artigo 4º do SNUC apresenta uma série de objetivos que refletem o propósito abrangente e multifacetado do sistema de unidades de conservação. Esses objetivos visam não apenas a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, mas também a promoção do desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades locais. Em suma, o SNUC conta, em sua definição, com uma abordagem

holística e progressista para a conservação ambiental, incorporando não apenas objetivos de proteção da natureza, mas também considerações sociais, econômicas e culturais em seu escopo de atuação.

3.2 O conceito de paisagem na Geografia

A categoria da paisagem oferece uma oportunidade de reflexão sobre as bases do conhecimento geográfico como parte do projeto da modernidade. Além disso, ela está inserida no debate sobre como integrar de maneira complexa a natureza e a cultura nas ciências sociais. Ao discutir o conceito de paisagem, estamos também abordando o modo como a geografia é vista e como se formam as bases do nosso entendimento, assim como a construção do imaginário coletivo sobre a paisagem enquanto elemento que conecta as pessoas a um lugar específico. (VITTE, 2007)

Jean-Marc Besse (2006), filósofo e pesquisador dedicado à epistemologia da geografia, explora em seu ensaio “Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia” a emergência da experiência, consciência e sentimento de paisagem na modernidade, indo além da história do conceito. O autor propõe uma discussão dialética, entre o invisível e o visível, o infinito no finito. Trazendo, desde o início, a percepção da imprecisão deste conceito. Besse propõe, no ensaio, um processo em que nos tornamos “sujeitos de paisagem”.

No primeiro ensaio, Besse analisa a experiência do poeta italiano Petrarca ao subir o Monte Ventoux, tido como o primeiro momento de inauguração do conceito de paisagem, sendo esse o produto de contemplação desinteressada. É o primeiro registro, da modernidade, sobre a contemplação da “vista”. A associação da paisagem a um elemento de contemplação é uma prática ainda presente nos dias de hoje, muito explorada pela indústria do turismo de natureza, por exemplo. Besse, no entanto, destaca a ambiguidade e os dilemas modernos que surgem dessa interação com a paisagem. É desta passagem que Besse propõe uma primeira interpretação de paisagem, como elemento de contemplação, mas também de estudo do elemento natural, da natureza. A paisagem seria, portanto, um elemento para a “autópsia” da natureza. A experiência de Petrarca reflete a tensão entre um distanciamento contemplativo da natureza e um engajamento mais profundo e espiritual com a mesma. (BESSE, 2006).

O segundo ensaio discute a instrumentalização da paisagem, comparando a pintura de Brueghel e a corografia, denotando, ainda, um viés científico, ainda que artístico, da interpretação da paisagem. Besse mostra que, no século XVI, a paisagem tinha um papel pragmático e instrumental, relacionado à cartografia. Essa época viu a formação da ideia da Terra como uma “paisagem-mundo”, impulsionada pelas grandes navegações e descobertas. Já as pinturas, trazendo a paisagem como centro, passam também a incorporar o elemento humano, social e político da paisagem, com representações de rios e montanhas, mas também de mercados, peregrinos, soldados e mercadores. Dessa forma, há, a partir daí, o início da instrumentalização da paisagem (BESSE, 2006).

No terceiro ensaio, Besse descreve a experiência da viagem de Goethe à Itália no século XVIII, onde a paisagem é vista como uma reconciliação entre interior e exterior, e entre arte e natureza. Goethe contrapõe a visão científica emergente, pontuada no segundo ensaio, com uma valorização da experiência sensível e afetiva da paisagem. De certa forma, resgatando também a experiência explorada no primeiro ensaio, trazendo à tona, novamente, o caráter sensível e humano da paisagem (BESSE, 2006).

Avançando nesta percepção, o quarto ensaio examina as contribuições de Alexander Von Humboldt e Vidal de La Blache, sugerindo que a paisagem é mais do que uma representação estética; ela é um artefato cultural e uma expressão da ação humana. A paisagem possui uma densidade ontológica que vai além da mera imagem, sendo uma escrita da Terra que deve ser interpretada geograficamente. (BESSE, 2006).

O quinto ensaio explora a relação entre geografia, paisagem e fenomenologia, destacando como a fenomenologia de Straus desafia a visão positivista da geografia. Straus distingue a paisagem do espaço geográfico, considerando-a uma experiência pré-cultural e pré-antropológica que mantém viva a conexão entre o homem e a natureza. (BESSE, 2006).

No último ensaio, Besse discute a filosofia de Péguy, que vê a paisagem como um evento dinâmico e um ponto de contato entre o mundo e a consciência. A paisagem, para Péguy, é uma zona de proximidade que permite uma inserção profunda e sensível no mundo, recuperando uma dimensão ética e moral na experiência paisagística. (BESSE, 2006).

O livro de Besse traça um percurso epistemológico e ontológico que une paisagem e geografia, abordando as transformações e rupturas da modernidade e a nova concepção de mundo que ela traz.

Antonio Carlos Vitte (2007), destaca que a paisagem surge na análise geográfica carregada de simbolismo, desempenhando um papel na formação do imaginário social que influencia as ações dos indivíduos, ao mesmo tempo em que molda a maneira como o território é percebido por eles. Nesse contexto, a paisagem é construída como uma categoria social pelo imaginário coletivo, que evolui ao longo da história e atribui a ela uma função social específica. Assim, através do conceito de paisagem, o imaginário social transforma culturalmente a natureza, enquanto os sistemas técnicos incorporam ao território as formas e conteúdos da paisagem, que são moldados por representações sociais.

Segundo a abordagem de José Bueno Conti (2014), a ideia de paisagem engloba uma síntese mais abrangente do que as categorias de região, território, espaço e lugar, que também são frequentemente exploradas pelos geógrafos. Essa observação ressalta a complexidade e a amplitude do conceito de paisagem, que transcende as definições mais específicas de outras categorias geográficas. A paisagem não apenas engloba elementos físicos e naturais, mas também incorpora aspectos culturais, sociais e históricos, oferecendo uma visão holística do ambiente geográfico. De acordo com Conti (2014), Jean Dresch, renomado na área da geomorfologia, enfatiza em seus trabalhos a importância de

considerar não apenas a paisagem natural, mas também as transformações realizadas pela sociedade. Essa perspectiva ressalta a interação dinâmica entre os processos naturais e as atividades humanas na configuração da paisagem, destacando a necessidade de uma abordagem integrada para compreender sua complexidade. Ao reconhecer a influência da sociedade na paisagem, os geógrafos podem obter uma visão mais abrangente e contextualizada do ambiente geográfico.

A discussão teórica sobre a paisagem na ciência geográfica teve origem em uma perspectiva naturalista, focada no meio físico, no século XIX. No entanto, foi somente na segunda metade do século XX que a atividade humana passou a ser considerada nesse debate, permeando as diversas correntes de pensamento. Apesar disso, a imprecisão na definição do termo permitiu sua apropriação por diferentes abordagens e ideias, como destacado por Lima, Brito e Farias (2021), algumas das quais serão brevemente apresentadas nesta revisão.

Conforme Baldin (2021), a paisagem como conceito foi singularmente moldada e representada pelo naturalista romântico Alexander Von Humboldt, no século XIX. Junto com o historiador e filósofo Carl Ritter, ele é considerado um dos pioneiros na definição da Geografia como uma ciência distinta. Humboldt definiu a paisagem como o resultado da interação entre a ação humana e natural em um determinado espaço, caracterizando-a como a totalidade das características desse espaço. Além disso, ele introduziu o conceito de *landschaft*, amplamente difundido pela escola alemã de geografia, associando a paisagem à união do local (natural) com seus habitantes (CONTI, 2014).

Avançando na evolução da geografia, a escola francesa também contribuiu significativamente para a discussão do conceito de paisagem, conhecido como *pays* e *paysage*. Apesar de diferentes correntes, a escola francesa também partiu do pressuposto de que a paisagem é o resultado da interação entre homem e natureza (BALDIN, 2021).

Paul Vidal de La Blache, um dos pioneiros e mais importantes integrantes da escola francesa, dedicou-se ao estudo da paisagem, enfatizando que ela é o resultado da sobreposição da interação humana com o meio, sendo um processo cumulativo que reflete não apenas o presente, mas também o passado (STRACHULSKI, 2015).

Inspirado por La Blache, George Bertrand, outro importante geógrafo, ofereceu uma definição detalhada da paisagem em 1968, enfatizando sua natureza dinâmica e em constante evolução devido à interação entre elementos físicos, biológicos e humanos. Essa perspectiva de evolução contínua da paisagem contrasta com os objetivos de uma Unidade de Conservação, que visa preservar uma determinada porção de espaço de futuras mudanças (BERTRAND, 1968, apud. CONTI, 2014).

Além das escolas francesa e alemã, a escola de Berkeley, liderada por Carl Sauer, adotou uma abordagem histórico-cultural da paisagem, destacando que a ação humana é mais relevante na modelagem da paisagem do que as condições naturais. Sauer definiu a paisagem como a consequência histórica da interação entre organismo e ambiente (SAUER, 1925, apud. MATHEWSON; SEEMANN,

2008).

No contexto brasileiro, Aziz Ab'Sáber também contribuiu para a compreensão da paisagem, enfatizando sua natureza como uma herança resultante de processos antigos e recentes de atuação humana e natural ao longo do tempo e do espaço (AB'SÁBER, 2003). Sua obra reflete a influência e a consolidação dos conceitos definidos pelas escolas mencionadas anteriormente.

Em sua obra, Ab'Sáber enfatiza que as paisagens são heranças moldadas por interações antigas e recentes entre as ações humanas e os processos naturais, tanto no tempo quanto no espaço. Ao reconhecer a influência tanto das dinâmicas históricas quanto das contemporâneas na formação das paisagens, Ab'Sáber proporciona uma visão abrangente e integrada desse conceito. Sua abordagem reflete a síntese e a consolidação dos fundamentos estabelecidos pelas escolas de pensamento anteriores, como a escola alemã, a escola francesa e a escola de Berkeley.

Dessa forma, a obra de Ab'Sáber não apenas enriquece o debate sobre a paisagem no contexto brasileiro, mas também ressalta a importância de considerar a interação dinâmica entre sociedade e natureza na compreensão dos territórios e ambientes geográficos.

De acordo com Baldin (2021) a compreensão da paisagem geográfica passou por duas fases distintas: uma no período da virada do século XIX para o século XX, influenciada pela escola regionalista francesa; e outra durante meados do século XX, impulsionada pelo avanço dos transportes e das comunicações, que aumentaram significativamente a circulação de mercadorias e capitais.

Assim, Baldin (2021) ressalta a evolução histórica do entendimento da paisagem geográfica, destacando dois momentos-chave que moldaram sua concepção. A primeira fase, associada à influência da escola regionalista francesa, enfatizava a singularidade e a identidade das paisagens locais. Já a segunda fase, marcada pelo avanço dos transportes e comunicações, trouxe uma perspectiva mais globalizada e interconectada da paisagem, considerando os efeitos da mobilidade e da interação entre diferentes áreas geográficas. Essas mudanças refletem não apenas os avanços no conhecimento geográfico, mas também as transformações socioeconômicas e tecnológicas ocorridas ao longo do tempo.

A análise dos conceitos de paisagem e território no Parque Estadual Ilha do Cardoso revela a complexidade e a interconexão entre elementos naturais e sociais na configuração e na gestão de áreas protegidas. Esses conceitos fornecem uma estrutura conceitual para entender não apenas a geografia física da ilha, mas também as relações humanas e as dinâmicas socioambientais que ocorrem dentro dela.

3.3 O conceito de território na Geografia

Além do conceito de paisagem, o território também é alvo de disputas de narrativas. Neste estudo, por opção da autora, a análise desse conceito será direcionada ao contexto brasileiro, começando por uma revisão dos autores nacionais que abordam o tema.

Ao contrário da paisagem, a discussão sobre território está mais centrada nas esferas da geografia política, das dinâmicas de poder e da ocupação territorial. Conforme destacado por Rogério Haesbaert:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007, p.20)

O trecho apresentado por Haesbaert destaca a complexidade do conceito de território, enfatizando que vai além do tradicional entendimento de "poder político". Ele ressalta que o território não se limita apenas à noção de dominação, mas também abrange aspectos simbólicos de apropriação. Isso significa que o território não é apenas uma área geográfica controlada por uma entidade política, mas também é permeado por relações de poder que podem ser tanto concretas, relacionadas à autoridade e controle sobre o espaço, quanto simbólicas, envolvendo significados culturais e identitários atribuídos a determinadas áreas. Essa perspectiva ampliada de território ajuda a compreender melhor as dinâmicas sociais, políticas e culturais que ocorrem em diferentes contextos geográficos.

A professora Sueli Angelo Furlan, oferece uma definição singular de que o território não é apenas o substrato material, os limites físicos, o espaço social, em si, mas sim um campo de forças e ações políticas (FURLAN, 2000).

Outra figura central nesse debate é Milton Santos, cuja obra é extremamente significativa para o desenvolvimento dessas discussões. Em "Território na Geografia de Milton Santos", Antônio Carlos Robert Moraes (2013) traça uma linha condutora sobre a evolução do conceito na obra de Santos. Moraes percebe que, partindo de uma perspectiva influenciada pela escola francesa da década de 60, Milton Santos gradualmente se afasta de ortodoxias e metodologias pré-estabelecidas para compreender o território em sua complexidade. Ao longo de sua produção, Santos passa a trabalhar com o conceito de "Território Usado", que é essencialmente sinônimo de espaço geográfico. Esse conceito surge como resultado de sua dedicação em desvendar e evidenciar os efeitos da globalização. Para Santos, o Território Usado é "tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas".

Inicialmente influenciado pela escola francesa da década de 60, Milton Santos gradativamente

rompe com paradigmas estabelecidos e busca compreender o território em sua complexidade. Esse movimento de afastamento de ortodoxias e metodologias pré-estabelecidas é evidenciado pela adoção do conceito de "Território Usado", que surge como uma abordagem inovadora para compreender o espaço geográfico.

Para Santos, o Território Usado não se limita a uma noção estática ou geográfica convencional. Pelo contrário, representa tanto o resultado de processos históricos quanto a base material e social das novas ações humanas. Essa abordagem dinâmica e integradora reconhece a influência da história, da cultura e das relações sociais na configuração e na transformação do território ao longo do tempo.

Dessa forma, a obra de Milton Santos oferece uma perspectiva renovada e multifacetada sobre o território, destacando sua natureza complexa e em constante evolução. Seu conceito de Território Usado reflete não apenas uma compreensão mais abrangente do espaço geográfico, mas também uma abordagem crítica às dinâmicas contemporâneas, como a globalização, que moldam e reconfiguram as paisagens e as relações territoriais.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 Parque Estadual Ilha do Cardoso

O trabalho estudou a área que abrange o Parque Estadual Ilha do Cardoso (PEIC), uma ilha localizada no litoral sul do estado de São Paulo, no município de Cananéia. O parque, que abrange toda a extensão da ilha, tem 13,6 mil hectares de área e abriga comunidades tradicionais caiçaras e indígenas. Rodeada pelo Oceano Atlântico, a ilha está inserida no bioma Mata Atlântica, tem um relevo acidentado, variando em até 800 metros desde o nível do mar e conta com uma diversidade de ecossistemas típicos do bioma: Marinho, Restinga, Praia, Floresta, Mangue e Bancos de Areia. (CHUPIL, H.; MONTEIRO-FILHO, 2022)

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) faz fronteira com o Estado do Paraná, integrando a região do Vale do Ribeira. Criado em 1962, é parte do complexo estuarino-lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, reconhecido por sua importância na reprodução de espécies marinhas. A vegetação diversificada inclui Mata Atlântica costeira, manguezais, restingas e florestas de altitude, oferecendo habitats para uma grande variedade de vida selvagem, incluindo espécies ameaçadas. O parque, reconhecido pela UNESCO como zona núcleo da Reserva da Biosfera em 1992, possui uma rica flora, destacando-se orquídeas, bromélias e árvores como palmeiras, jequitibá e cedro. Além disso, abriga sítios arqueológicos e vestígios da ocupação colonial. (SÃO PAULO, 1998)

Os primeiros habitantes da região, conhecidos como "homens dos sambaquis", deixaram vestígios numerosos de sua presença, especialmente em áreas como Cananéia e ilha Comprida. Opiniões sobre o significado dos sambaquis variam: alguns sugerem que eram tanto aldeias quanto cemitérios, enquanto outros argumentam que a falta de vestígios de habitação indica o contrário. Os homens dos sambaquis eram provavelmente nômades ou seminômades, e seus acúmulos de conchas formam colinas notáveis na paisagem. Antes da colonização europeia, a região era habitada pelos gualanás ao norte e pelos carijós ao sul de Cananéia. A colonização das terras brasileiras começou nas áreas costeiras, como ilustrado pela expedição de Martim Afonso de Souza em 1530, que estabeleceu núcleos de povoamento, incluindo na ilha do Bom Abrigo e na ilha do Cardoso, onde encontrou habitantes locais liderados por Mestre Cosme Fernandes e Francisco Chaves. (SÃO PAULO, 1998)

A história do Parque Estadual da Ilha do Cardoso é marcada por peculiaridades. Sua criação foi resultado do esforço do pesquisador e professor da USP, Paulo Duarte, que, com discernimento, conseguiu transformar a ilha em uma área protegida, sendo a primeira área insular especialmente protegida do Estado de São Paulo. Duarte incluiu objetivos de preservação em sua justificativa técnica, como conter ações imobiliárias, paralisar a exploração de sambaquis, fauna e flora, criar um parque natural, estabelecer uma base de estudos da Comissão de Pré-história e implantar uma estação de

pesquisa do Instituto Oceanográfico da USP. Um ofício estadual de 23 de junho de 1958 solicitou ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira que as matas da Ilha do Cardoso fossem declaradas protetoras. (SÃO PAULO, 2001)

Entretanto, o Serviço Florestal alertou que o argumento técnico enviado ao governo federal só daria amparo legal para áreas cobertas por florestas, deixando a fauna e os sambaquis desprotegidos. Por isso, foi proposta a criação de um Parque Estadual para toda a ilha, garantindo sua preservação. Em 1962, o Governador Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto assinou o Decreto Estadual nº 40.319, transformando a ilha em Parque Estadual. Posteriormente, o parque foi nomeado Parque "Dr. Raul Ximenes Galvão". (SÃO PAULO, 2001)

A partir de 1973, foi implantado o Centro de Pesquisas Aplicadas em Recursos Naturais da Ilha do Cardoso (Ceparnic), com o objetivo de incentivar pesquisas científicas, educação conservacionista e cursos especializados. No entanto, houve problemas com a construção do Centro, como o aterramento de áreas úmidas e inadequações às condições climáticas. Vários projetos de pesquisa foram desenvolvidos no Parque por diversas instituições, mas a estrutura do Ceparnic foi subutilizada, principalmente devido à questão da disponibilidade de energia elétrica. (SÃO PAULO, 2001)

Em 1998, o Ceparnic foi extinto e a estrutura instalada no Parque foi denominada "Núcleo Perequê do Parque Estadual da Ilha do Cardoso", sendo destinada para apoiar a pesquisa na unidade, além de atividades de visitação pública e educação ambiental. A partir de 1996, iniciou-se o processo de reestruturação do Parque, incluindo a recuperação da estrutura construída, adaptação da geração de energia, aquisição de equipamentos e implementação do Plano de Manejo. (SÃO PAULO, 2001)

Em relação a fauna e a flora da ilha, o PEIC abriga uma grande variedade de mamíferos, incluindo espécies como bugios e outras de porte menor, como suçuaranas e veados-mateiro, totalizando 86 espécies catalogadas pelo Instituto Florestal de São Paulo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANEIA, 2024) A flora do Parque Estadual da Ilha do Cardoso é extremamente diversificada, abrangendo pelo menos 986 espécies de plantas, com destaque para 118 espécies de orquídeas e 41 espécies de bromélias. Entre as árvores presentes, encontram-se ipês, palmeiras, canelas, jequitibá, cedro, araçá, maçaranduba, caixeta e guaricica. O palmeiro *Euterpe edulis* é especialmente abundante na floresta, e seus frutos são importantes como alimento para a fauna local.

Nas florestas da Ilha do Cardoso, também habitam diversas espécies de animais ameaçados de extinção, como o jaró-do-litoral, papagaio-de-cara-roxa, jacutingas, jacus, arapongas, bugios, mono-carvoeiro, cuícas-d'água, lontras, pacas, cutias, veados-mateiros, porcos-do-mato, entre outros. Além disso, há uma grande diversidade de morcegos, insetos e mais de 430 espécies de aves, incluindo algumas migratórias. Nos estuários, é comum encontrar botos e aves marinhas, completando a rica biodiversidade presente na região. (SÃO PAULO, 1998)

O parque foi criado a partir do decreto 40.319, em função das seguintes características

destacadas à época:

Considerando que a Ilha do Cardoso apresenta condições insuperáveis para a criação de um Parque Estadual, por atender a finalidades culturais de preservação dos recursos nativos e exibir atributos favoráveis ao turismo, à recreação e à recuperação física;

Considerando que a flora que aí viceja constitui revestimento vegetal que abrange 95% do seu território, ostentando matas de formação subtropical, com variadíssima ocorrência de valiosas essências;

Considerando que a fauna, além da imensidade de pássaros que a procuram para a reprodução, pelo isolamento da Ilha, acha-se representada por animais marinhos que povoam suas praias e por rebanhos de mamíferos grandes e pequenos que aí encontram condições ideais de vida tranquila, constituindo-se assim em notável repositório de espécimes raros; e,

Considerando que a região foi ocupada pelo primitivo homem americano, possivelmente há dez ou quinze mil anos e remanescem dessa ocupação, jazidas préhistóricas que precisam ser defendidas (...) (SÃO PAULO, 1962)

Destaca-se, portanto, que as condições que levam à criação do parque, decisão muito anterior à criação do SNUC, são principalmente baseadas nas condições do estado de preservação natural e de ecossistemas ali presentes, sendo identificado um grande potencial para a proteção ambiental daquela ilha. Todavia, desde sua criação, e devido à presença de comunidades, o parque contou com uma forte participação da população em processos decisórios, sendo um dos primeiros parques a formar um Conselho Consultivo e a elaborar seu Plano de Manejo. (SOCIOAMBIENTAL, 2006)

Sobreposto ao parque, há também a Terra Indígena Pakurity (Ilha do Cardoso), de cerca de 5 mil hectares, que está ainda em processo de demarcação. Essa complexidade socioambiental do PEIC, atrelada à sua localização e, principalmente, devido a movimentação e esforços para a construção do Plano de Manejo, fazem do parque uma escolha interessante para se explorar como a noção de Paisagem e Território é percebida nos diferentes instrumentos que regem a dinâmica dessa UC.



Figura 1: O PE Ilha do Cardoso destacado em vermelho.

Fonte: Elaboração própria via Google Earth.

Os habitantes tradicionais da Ilha do Cardoso dependem principalmente da pesca artesanal e, mais recentemente, do turismo como fontes de subsistência. Essas comunidades estão localizadas em Itacuruçá, Maruja, Enseada da Baleia, Pontal do Leste, Foles e Camboriú, além de alguns sítios isolados. Os indígenas guaranis mbya, que se estabeleceram no parque no final de 1992, praticam a agricultura de subsistência e geram renda através do artesanato. (SÃO PAULO, 1998)

Além disso, a pesca, praticada há séculos, impactou a ecologia local, alterando populações de peixes e outros recursos marinhos. Os métodos tradicionais de pesca e o conhecimento ecológico dos pescadores locais são parte da história da ilha. Mais recentemente, o turismo tem desempenhado um papel significativo na transformação da paisagem da Ilha do Cardoso. A construção de infraestruturas, como trilhas, hospedagens e outras facilidades, modificou áreas naturais e introduziu novos elementos na paisagem geológica.

A própria administração do parque tem implementado diversas atividades desde 1995, incluindo ações como fiscalização em conjunto com a Polícia Florestal, coleta seletiva de lixo, sinalização e monitoramento ambiental e de visitação, e a adoção de sistemas energéticos alternativos, como freezer e geladeira a gás e energia fotovoltaica. Houve o reinício das atividades de visitação pública e um planejamento colaborativo com as comunidades locais e instituições para estabelecer normas para ocupação, visitação e implantação de infraestrutura básica. A visitação no parque é organizada de forma orientada, com trilhas interpretativas no Núcleo Perequê, e, com um foco exclusivamente turístico, em algumas praias como Maruja, Enseada e Pereirinha. (SÃO PAULO, 1998)

4.1.1 Relevo

Na Ilha do Cardoso, a paisagem é predominantemente formada por rochas intrusivas brasileiras, como sienitos e monzonitos-sieníticos, seguidas por sedimentos quaternários de natureza arenosa e argilosa. A região é marcada por um sistema de falhas verticais que cortam a ilha, possivelmente relacionadas à formação da Bacia Tectônica do Ribeira. A ilha está situada no Domínio Paranaguá, entre a costa leste e as rochas granito-granulíticas a oeste. (SÃO PAULO, 2001)

A área pode ser dividida em três compartimentos principais. O primeiro é uma região montanhosa central, composta por rochas sienito-monzoníticas, com vertentes íngremes e densa rede de drenagem. O segundo compartimento é formado por solos desenvolvidos sobre o embasamento geológico-geomorfológico, variando de Neossolos Litólicos nas áreas mais altas a Cambissolos nas vertentes inferiores. O terceiro é a planície costeira, composta por áreas de manguezais, praias e cordões arenosos. A planície costeira abriga depósitos marinhos e flúvio-lagunares, mangues e colúvios, com presença de Espodossolos Ferrocárbicos Hidromórficos e Neossolos. A Formação Cananéia é um resquício importante na região nordeste da ilha, datada do Pleistoceno. A dinâmica costeira influencia a formação de dunas e restingas ao longo da costa. (SÃO PAULO, 2001)

Definindo os três compartimentos principais do relevo da ilha:

1. Área Montanhosa Central: Esta região é composta por rochas sienito-monzoníticas, caracterizadas por vertentes íngremes e uma densa rede de drenagem. A topografia acidentada e a composição rochosa contribuem para a formação de solos específicos e ecossistemas únicos.
2. Solos Desenvolvidos sobre o Embasamento Geológico-Geomorfológico: Nesta área, os solos variam conforme a elevação. Nas áreas mais altas, predominam os Neossolos Litólicos, enquanto nas vertentes inferiores, são encontrados Cambissolos. Esses solos resultam da interação contínua entre os processos geológicos e biológicos ao longo do tempo.
3. Planície Costeira: Composta por áreas de manguezais, praias e cordões arenosos, esta região abriga depósitos marinhos e flúvio-lagunares. A presença de Espodossolos Ferrocárbicos Hidromórficos e Neossolos é comum. A Formação Cananéia, um remanescente significativo datado do Pleistoceno, se destaca na região nordeste da ilha. A dinâmica costeira da ilha também influencia a formação de dunas e restingas ao longo da costa.

4.1.2 Clima

O clima é classificado como subtropical úmido da fachada oriental da América do Sul, com forte influência oceânica e variação sazonal controlada por sistemas tropicais e polares. A precipitação pluviométrica é o principal elemento definidor do clima, sendo que mais de 50% das chuvas são associadas à atividade da Frente Polar Atlântica. (SÃO PAULO, 2001)

4.1.3 Temperatura

A temperatura média anual varia entre 20°C e 22°C, com amplitudes térmicas relativamente baixas. O relevo influencia significativamente o comportamento das temperaturas e a distribuição das chuvas, com a Ilha do Cardoso atuando como barreira para massas de ar provenientes do oceano e do continente, resultando em chuvas de caráter orográfico. (SÃO PAULO, 2001)

4.1.4 Pluviosidade

A pluviosidade varia ao longo do ano, com o período mais seco ocorrendo de junho a novembro, e o mais chuvoso de dezembro a maio. As médias pluviométricas anuais oscilam entre 1.750 e 2.250 mm, sendo mais elevadas nas serras dos Itatins, Bananal, Juréia e Cardoso. A circulação dos ventos na região é marcada por uma prevalência de direções diferentes entre inverno e verão, com velocidades médias em torno de 47 km/h. (SÃO PAULO, 2001)

4.2 Comunidade Caiçaras

O termo "populações tradicionais" (povos tradicionais), abrange uma ampla gama de tradições e modos de vida, reconhecidos como pertencentes às chamadas "comunidades locais", "sociedades rústicas", "sociedades camponesas", "populações ribeirinhas" e "populações extrativistas". Estas podem ser consideradas tradicionais não indígenas ou não étnicas. (GONZALEZ, 2016)

“Como exemplo de populações tradicionais, podemos citar as populações praieiras, os caboclos ribeirinhos amazônicos, os babaçueiros, sertanejos, jangadeiros, caipiras, caiçaras, seringueiros, açorianos, pantaneiros, quilombolas, entre outras”. (GONZALEZ, 2016, p. 29)

Conforme Gonzalez (2016), citando Diegues (2005), a formação das comunidades litorâneas no Brasil ocorreu ao longo de um período que se estende do século XVI ao início do século XX. Esse processo foi influenciado inicialmente pelos povos tupi-guarani, seguido pela presença do colonizador

português e, em menor medida, dos escravos africanos. As comunidades caiçaras, tradicionalmente estabelecidas, ocupam uma extensa área ao longo da costa, desde o sul do litoral paranaense até o sul do litoral fluminense, englobando toda a faixa litorânea do Estado de São Paulo.

Em outras palavras, ao longo de vários séculos, a interação entre diferentes grupos étnicos e culturais contribuiu para a formação das comunidades litorâneas brasileiras, com os caiçaras ocupando uma posição significativa nesse contexto, principalmente na região costeira que se estende do sul do Paraná ao sul do Rio de Janeiro, incluindo todo o litoral de São Paulo.

As comunidades localizadas ao longo da estreita faixa de restinga, como Vila do Marujá, Enseada da Baleia e Pontal do Leste, dependem principalmente da pesca no estuário, com muitos moradores possuindo "cerco" (técnica de pesca). Pequenas plantações de mandioca de rama são comuns ao longo da restinga. Os residentes do Pontal do Leste, no extremo sul da ilha, também cultivam mandioca no Superagui, no Paraná. Até aproximadamente meados de 1985, os habitantes das comunidades da Lage e do Marujá eram incentivados a praticar o extrativismo de plantas ornamentais (orquídeas, avencas, bromélias, etc.) para vendê-las em uma grande floricultura com base em Cananéia. (MILANELO, 92)

Dentro do contexto de comunidades tradicionais que lutam para permanecer em territórios tradicionalmente ocupados, estão as comunidades caiçaras da Ilha do Cardoso. Estima-se que aproximadamente 500 famílias viviam na ilha no início da década de 1960 (GADELHA, 2008; NUPAUB, 2016), quando a Ilha foi transformada em parque estadual (Parque Estadual da Ilha do Cardoso – PEIC) em 1962.

4.2.1 Comunidade do Marujá



Figura 2: Pousada e restaurante na Vila do Marujá.

Fonte: GONZALEZ (2016).

A comunidade do Marujá é, atualmente, o maior núcleo humano do PEIC e está localizada na parte central da Ilha, situada no início da estreita faixa de restinga ao sul-sudoeste da região montanhosa (próximo ao Morro da Tapera), tendo acesso tanto pelo canal estuarino de Ararapira (também chamado de “mar de dentro”) como pelo Oceano Atlântico (“mar de fora” ou “mar grosso”). O acesso à Vila do Marujá é feito exclusivamente por transporte marítimo/fluvial, deslocado do município de Cananéia em embarcação coletivas – como a “Barca da Dersa” que, três vezes por semana, mantém uma linha regular que liga, além da vila do Marujá, as vilas do Ariri, da Enseada da Baleia e do Pontal do Leste ao centro de Cananéia – ou em embarcações particulares vindas do centro de Cananéia ou da vila do Ariri. De acordo com o Plano de Manejo – Fase 2 – do PEIC (SÃO PAULO, 2001), no ano de 2000, haviam 174 moradores residentes na comunidade, 90,6% dos quais tradicionais caiçaras, já, em 2012, o Laudo Histórico Antropológico para a Identificação de Famílias Tradicionais na Ilha do Cardoso (CARVALHO; SCHMITT, 2012) indica 185 moradores tradicionais caiçaras, sendo que há discordâncias com relação a tais números: relatos dos locais apontam a falta de alguns nomes em tal laudo, estabelecendo o número final de 190 moradores tradicionais na vila. (GONZALEZ, 2016, p. 71)

A comunidade do Marujá, situada no coração do PEIC, representa o maior agrupamento humano dentro dessa reserva ecológica. Localizada na porção central da ilha, próxima ao Morro da Tapera, essa comunidade só possui acesso tanto por canais ou pelo mar. Assim, a chegada à Vila do Marujá é feita por meio de transporte marítimo ou fluvial, geralmente embarcações coletivas que partem do município de Cananéia, conectando não só a vila do Marujá, mas também outras vilas como Ariri, Enseada da Baleia e Pontal do Leste ao centro de Cananéia. Além disso, também há o uso de embarcações particulares vindas do centro de Cananéia ou da vila do Ariri.

Os dados demográficos e os relatos locais sugerem que a comunidade possui entre 180 a 190 moradores caiçaras tradicionais.

O estudo de Maurício de Alcântara Marinho (2013), intitulado "Territorialidade e Governança em Áreas Protegidas: O caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananéia, SP)", apresenta uma análise dos processos de governança em grupos culturalmente diferenciados e áreas protegidas, examinando como esses processos influenciam na definição de novos territórios e territorialidades. Focado na comunidade caiçara do Marujá, o estudo revela um modelo singular de gestão comunitária e cogestão iniciado em 1993, envolvendo lideranças locais e empreendedores de políticas públicas. O caso do Marujá demonstra a capacidade das comunidades tradicionais de planejar seu futuro, incluindo o ordenamento ecológico e territorial, propondo o termo “comunidade de referência” para descrever aquelas que desempenham um papel de destaque e constituem um locus de aprendizado de práticas sustentáveis.

Marinho (2013), no estudo das populações da Ilha do Cardoso evidencia a complexidade das variáveis que interagem ao longo do tempo e espaço, moldando as territorialidades dessas comunidades. A territorialidade da comunidade do Marujá é representada por técnicas de cartografia social,

destacando o uso compartilhado e os espaços de uso comum com outras comunidades e áreas protegidas (APs).

Conforme Marinho (2013), internamente, a territorialidade do Marujá inclui o núcleo de ocupação afetado pela criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) em 1962. Externamente, abrange áreas de pesca nos canais do estuário, atividades de extrativismo nos manguezais e roteiros de visitação no Parque e em outras ilhas. Dois mapas mentais (Figuras 3 e 4 2) foram produzidos, representando a ocupação atual e as áreas de gestão comunitária e compartilhada. Os mapas mostram que a comunidade do Marujá ocupa 17,57% da área de estudo, representando apenas 1,37% do território do Parque. As áreas de recuperação das casas de veranistas demolidas são mínimas (0,06%) e poderiam ser reutilizadas para novas construções, atendendo à uma demanda de moradia reivindicada pela comunidade.



Figura 3: Mapa Mental da Territorialidade do Marujá – Dimensão Externa. Elaborado por moradores da comunidade em ago.2013 (organizado por Maurício A. Marinho).

Fonte: MARINHO (2013).



Figura 4: Mapa Mental da Territorialidade do Marujá – Ocupação Atual. Elaborado por jovens da comunidade em ago.2013 (organizado por Maurício A. Marinho).

Fonte: MARINHO (2013).

Essa comunidade, portanto, representa não apenas um agrupamento humano dentro do contexto natural e protegido do PEIC, mas também um exemplo vivo da cultura caiçara e sua relação intrínseca com o ambiente costeiro e marinho. A dinâmica de vida e o acesso limitado por via marítima ou fluvial contribuem para a preservação desse modo de vida tradicional, ao mesmo tempo em que apresentam desafios únicos em termos de infraestrutura e serviços básicos.

4.2.2 Comunidade do Cambriú



Figura 5: Casa de morador tradicional da Vila do Cambriú.

Fonte: GONZALEZ (2016).

Vila do Cambriú é composta por cerca de uma dezena de casas onde vivem vinte moradores tradicionais caiçaras, não há casas de turistas (casa de veraneio) na vila. Em tal vila, voltada para o Oceano Atlântico e sem comunicação com o Canal de Trapandé – próxima a região dos “Morros do Cardoso”, as casas são mais rústicas, a maioria construída com madeira (parte das quais, trazidas pelo “mar grosso”) com poucos móveis e objetos de decoração. A água vem de um extenso cano que a capta da cachoeira da máquina (onde no passado existiu uma grande serraria), ligação feita há poucos anos. (GONZALEZ, 2016, p. 76)

A Vila do Cambriú se destaca como um pequeno núcleo habitacional dentro do contexto da vida caiçara. Composta por cerca de uma dezena de casas, abriga aproximadamente vinte moradores que mantêm vivas as tradições ancestrais dessa cultura.

As casas da comunidade refletem um ambiente isolado e rústico. A maioria delas é construída com madeira, muitas vezes proveniente do próprio mar, e apresentam poucos móveis e objetos de decoração. A fonte de água na vila é representativa da relação estreita e dependente da natureza e de soluções adaptadas. Proveniente de um extenso cano que capta água da cachoeira da máquina, onde no passado existiu uma grande serraria, essa ligação foi estabelecida há poucos anos, demonstrando uma adaptação moderna às ocupações estabelecidas antes da criação do parque, reforçando o caráter dinâmico da ocupação do território – e da paisagem.

4.2.3 Comunidade Enseada da Baleia

No caso específico da comunidade caiçara da Enseada da Baleia, o vetor de pressão que os obrigou a realocação foi um acentuado processo erosivo que ocorreu nas últimas décadas na área onde estava situada, levando à realocação das famílias em 2017. A ausência de instrumentos legais que lhes garantissem a terra foi atenuada pela presença de um plano de manejo que reconhecia as comunidades tradicionais, mesmo que em uma unidade de conservação (UC) de proteção integral, que legalmente restringe a permanência de moradores. Obteve-se a licença para desmate, mas para que a realocação ocorresse de fato e cumprisse com os anseios das famílias, foram percorridas diversas vias de resistência que dessem conta do processo de realocação para uma nova área dentro do PEIC, que vem sendo chamada de Nova Enseada. A realocação das onze famílias, para a Nova Enseada a partir de 2017, uma nova área dentro de uma unidade de conservação de proteção integral e todos os desafios decorrentes desse processo motivaram a pesquisa. (YAMAOKA, et al., 2019, p. 140)

A Enseada da Baleia é uma antiga comunidade caiçara localizada na Ilha do Cardoso – SP. Yamaoka (2019), afirma que, segundo seus habitantes e dados coletados do NUPAUB, a comunidade tem mais de 170 anos de existência, tendo a vila antiga surgido a partir do interesse que havia no pescado da região.

A antiga comunidade contava com espaços coletivos comunitários, como um Centro Comunitário, uma Capela de São Sebastião, a Casa do Peixe Seco, campo de futebol, píers ou trapiches comunitários e caminhos. Além de alguns espaços de produção, como a Loja de Artesanato, o Rancho da Canoa, o Bar (Maria de Lourdes), o Restaurante (Nelson), a casa de limpeza do peixe, o espaço de secagem do peixe, o barracão de secagem, o barracão da canoa e um espaço de aquicultura. (YAMAOKA, 2019)

A antiga vila da Enseada da Baleia não é mais habitada. Desde 2017, os residentes se deslocaram para a Nova Enseada, na Ilha do Cardoso. Em agosto de 2018, a erosão intensificada pela abertura de uma nova barra levou ao desaparecimento gradual da antiga vila. (YAMAOKA, 2019)

A barra, acima citada como protagonista da realocação da comunidade, conforme Nabhan (2021), se trata da Barra do Ararapira que separa os estados de São Paulo e Paraná e delimita o final da Ilha do Cardoso. Essa área, localizada a aproximadamente 500 metros da antiga comunidade e com uma largura de cerca de 1 quilômetro, é vulnerável ambientalmente.

Estudos de Mihály e Ângulo (2002) previram mudanças para a década de 2010, destacando a dinâmica do Canal do Ararapira. Utilizando metodologias como medições topográficas e análises de fotografias aéreas, eles observaram a ação eólica e as correntes oceânicas. As previsões indicavam que entre 2012 e 2016 surgiria uma nova Barra, o que resultaria em diversas mudanças políticas e sociais, visto que essa área está sob a administração de dois parques estaduais e é o lar de três comunidades tradicionais. Em 2017 a abertura da nova barra acabou acontecendo com orientação sudeste, obrigando

a realocação da antiga comunidade Enseada da Baleia. (NABHAN, 2021) Conforme dados apresentados por Hilgert, et al. (2020), atualmente a Enseada da Baleia conta com 32 pessoas e 9 famílias.

Sobre a história da comunidade, o “Protocolo de Consulta: Enseada da Baleia Comunidade Tradicional Caiçara” (HILGERT, et al., 2020), define a seguinte linha do tempo:

- 1845: A Enseada da Baleia se destaca como um importante centro de pesca e secagem de peixes.
- 1950: A intervenção humana ampliou o canal do Varadouro, aumentando a erosão nas comunidades locais.
- 1962: A Ilha do Cardoso foi transformada em Parque Estadual, impactando negativamente as comunidades tradicionais, que perderam autonomia.
- 1975: A comunidade se destaca na secagem artesanal de peixes, liderada por Erci e Malaquias.
- 1985: Com a escassez de recursos pesqueiros, a comunidade se volta ao turismo como forma de complementação de renda.
- 2010-2011: A comunidade perde seu líder, Malaquias, e as mulheres assumem a liderança, valorizando o conhecimento tradicional e implementando um modelo de economia solidária.
- 2015: A comunidade enfrenta uma tentativa de atracação ilegal, causando danos socioambientais, e cria a Associação de Moradores para lutar pelos seus direitos.
- 2016: A erosão do território se intensifica, levando a comunidade a lutar pelo direito de ser realocada na própria Ilha do Cardoso.
- 2018: O encontro das águas do canal do Ararapira com o oceano destrói a comunidade original, que agora se organiza em 9 famílias, lutando pela preservação de sua identidade, tradição e cultura.

Após a ressaca oceânica de outubro de 2016, a antiga vila da Enseada da Baleia tornou-se inabitável devido à erosão e ao medo de novas destruições. As famílias, incapazes de reformar suas casas, buscaram uma nova localização na Ilha do Cardoso. Inicialmente, consideraram mover-se para o sul, perto da comunidade de Pontal de Leste, mas essa opção apresentava problemas logísticos e espaciais. Finalmente, a Nova Enseada foi escolhida com base em critérios de familiaridade e adequação ao estilo de vida da comunidade. (YAMAOKA, 2019)

A realocação envolveu desafios significativos, como a obtenção de licenças e a construção de novas residências. A área escolhida, Casa Preta, foi bem recebida devido à presença de árvores importantes para a pesca e à familiaridade com o local. A comunidade enfrentou dificuldades na aquisição de terrenos e na construção das casas, inicialmente priorizando a construção da casa da Dona Erci, importante matriarca da vila, com apoio de doações e trabalho voluntário. (YAMAOKA, 2019)

O processo de realocação incluiu a construção de oito residências, espaços coletivos e uma estufa para secagem e defumação de pescado. Apesar dos desafios, a comunidade conseguiu avançar com o apoio externo e o esforço coletivo, superando as adversidades e estabelecendo uma nova base para seu sustento e desenvolvimento. (YAMAOKA, 2019)

O Instituto Linha D'Água (2021) no vídeo "Mini Documentário: Enseada da Baleia (Ilha do Cardoso, SP)" conta a história da comunidade da Enseada da Baleia e como eles lutaram para reconstruir suas vidas após a abertura da barra da Enseada. A abertura da barra da Enseada destruiu as casas da comunidade. A comunidade se uniu e lutou por um novo território. Conforme, Hilgert, et al. (2020), a comunidade da Enseada da Baleia tem promovido novas formas de trabalho e gestão para fortalecer a igualdade social e dignidade das famílias. No campo, adaptaram técnicas tradicionais de cultivo, usando compostagem para adubar a terra e mantendo práticas sustentáveis de plantio de mandioca, milho, e outros produtos. Na pesca artesanal, respeitam períodos de defeso e utilizam métodos tradicionais para garantir a sustentabilidade dos recursos. A pesca inclui atividades no estuário e na costa, utilizando redes e armadilhas para capturar diferentes tipos de pescado e mariscos. O turismo comunitário tem sido desenvolvido para proporcionar lazer e experiências culturais aos visitantes, respeitando a capacidade de hospedagem da comunidade e garantindo uma renda igualitária para todas as famílias. O turismo educacional também é promovido, com oficinas e visitas que destacam a cultura e o meio ambiente local. Também, o artesanato, liderado por mulheres, tem se destacado como uma fonte importante de renda. A criação de produtos a partir de redes de pesca recicladas contribui para a economia solidária e a manutenção da produção local. A Associação de Moradores/as da Enseada da Baleia (AMEB) organiza e representa a comunidade, promovendo igualdade, valorização da cultura caiçara, e projetos de conservação ambiental. Assim, a comunidade, liderada por mulheres, continua a resistir e adaptar-se às adversidades, mantendo suas atividades tradicionais e desenvolvendo novos empreendimentos, como o artesanato sustentável.

4.3 Desafios da gestão socioambiental

Outro problema apresentado na Gestão do PE Ilha do Cardoso é o apresentado por Hayama e Cardoso (2018), descrito como “refugiados da conservação”. Essas comunidades foram sujeitas a

políticas de expulsão e restrições severas às suas práticas tradicionais, como agricultura de subsistência, pesca artesanal e extrativismo de baixo impacto. A proibição dessas atividades desestruturou o sistema social e econômico local, forçando muitos habitantes a migrar para áreas urbanas. Estudos antropológicos revelam a presença histórica de 46 sítios caiçaras na ilha, quase todos extintos após a criação do parque devido às restrições impostas. O fechamento de escolas e a proibição de construção de novas habitações também contribuíram para a migração forçada. O relatório antropológico de 2012 ainda registra a presença de 389 moradores tradicionais no parque, apesar das dificuldades enfrentadas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Os caiçaras na Gestão do Parque

Pela primeira vez no Brasil, uma comunidade tradicional, os caiçaras da Ilha do Cardoso, assumiu a gestão de um parque estadual. Essa iniciativa foi formalizada através de uma parceria público-comunitária com o governo de São Paulo. O Parque Estadual da Ilha do Cardoso, localizado no extremo sul do litoral de São Paulo, é uma importante área de preservação da Mata Atlântica. (PATRIANI, 2024)

Desde a criação do parque em 1962 até o fim da ditadura militar, em 1985, os caiçaras enfrentaram diversas intimidações para deixar o parque, muitas vezes ameaçados pela Marinha, que atuava em nome do Instituto Florestal. Essas ações visavam a remoção de todas as famílias da área de conservação, mas foram barradas judicialmente, resultado da resistência da comunidade. (PATRIANI, 2024)

No dia 27 de janeiro de 2023, a Associação de Moradores das Comunidades do Itacuruçá e Pereirinha (Amoip), com apoio da Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso, firmou um acordo inovador com a Fundação Florestal do Estado de São Paulo. Este acordo delega aos caiçaras a gestão da visitação de um dos núcleos do parque, o Núcleo Perequê, por cinco anos, com possibilidade de prorrogação. (PATRIANI, 2024)

Os caiçaras são responsáveis pela administração de serviços de hospedagem, manutenção de trilhas pedagógicas, refeitórios, uma loja de artesanato e um centro de visitação. Além disso, eles apoiam eventos técnico-científicos realizados no parque. Esta parceria também tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico da comunidade local. (PATRIANI, 2024)

A comunidade enfrentou desafios legais e administrativos, especialmente após a promulgação da Lei 16.260/2016, que previa a concessão de unidades de conservação à iniciativa privada. A parceria foi possível após a intervenção do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional a concessão de áreas sobrepostas a territórios tradicionais. (PATRIANI, 2024)

O processo que levou à parceria foi construído com base em um diálogo democrático e horizontal, assegurando o respeito aos valores e necessidades dos caiçaras. Este modelo de gestão, acompanhado de perto pela nova gestora do parque, Emily Coutinho, está sendo visto como um exemplo potencial para outras regiões com contextos similares. (PATRIANI, 2024)

A gestão do parque pela comunidade caiçara é uma conquista inédita no Brasil, promovendo a preservação ambiental aliada ao desenvolvimento comunitário. A parceria público-comunitária é vista como um modelo a ser replicado, mostrando a importância da participação ativa das comunidades tradicionais na gestão de áreas de conservação.

5.2 Plano de Manejo do Parque

O plano de manejo da Unidade de Conservação do Parque Estadual Ilha do Cardoso (PEIC) é um exemplo significativo da aplicação dos conceitos de paisagem e território na gestão ambiental, conforme a abordagem de Milton Santos. Esse documento reflete como esses conceitos se integram na construção e manutenção do SNUC.

A paisagem é tratada no plano de manejo como um elemento dinâmico que engloba aspectos naturais e culturais. O documento destaca a importância de identificar e conservar as unidades de paisagem, que são áreas homogêneas com características específicas de uso e ocupação do solo, vegetação e ecossistemas. A valorização das belezas cênicas e naturais da região, incluindo ecossistemas como manguezais, restingas e florestas ombrófilas, é um ponto central para promover o ecoturismo sustentável e a educação ambiental. (MORAES, 2015)

O conceito de território no plano de manejo abrange tanto a dimensão física quanto a socioeconômica. O território é visto como um espaço de interação entre as comunidades locais e os recursos naturais. A gestão do território envolve a participação das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e caiçaras) e a implementação de práticas sustentáveis que respeitam o modo de vida dessas populações. O documento também enfatiza a necessidade de zoneamento ecológico-econômico, definindo zonas de proteção e manejo que consideram as dinâmicas regionais e os usos permitidos do solo e dos recursos hídricos. (MORAES, 2015)

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é uma ferramenta fundamental no plano de manejo, usada para ordenar o território de acordo com suas características ecológicas e socioeconômicas. Unidades de paisagem e macropaisagens são definidas para analisar a evolução do uso do solo e a vegetação, além de estabelecer áreas de alta proteção, conservação e recuperação. (MORAES, 2015)

O plano de manejo promove a participação ativa das comunidades locais na gestão da unidade de conservação. As oficinas participativas e os conselhos consultivos são mecanismos para envolver a sociedade no processo de tomada de decisões, garantindo que as ações de conservação sejam alinhadas com as necessidades e aspirações das populações tradicionais. (MORAES, 2015)

Os benefícios das UCs para a sociedade são diversos, incluindo a conservação da biodiversidade, o fomento ao turismo sustentável, a proteção dos recursos hídricos e a preservação dos conhecimentos tradicionais. A gestão integrada e participativa das UCs visa garantir que esses benefícios sejam amplamente distribuídos e contribuam para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. (MORAES, 2015)

O plano de manejo do Parque Estadual Ilha do Cardoso exemplifica como a interpretação dos

conceitos de paisagem e território como elementos dinâmicos e interativos foram essenciais para a definição do plano de uso do parque. A abordagem integrada e participativa adotada no plano reflete a importância de considerar tanto os aspectos naturais quanto os sociais na gestão das unidades de conservação. É notável que a dinâmica de ocupação da ilha, permeada por lutas de resistência e dinâmicas de reivindicação de direitos, sintetizam a discussão do território, como uma porção de espaço em que ocorrem disputas de poder – neste caso, entre o poder público e o povo caiçara. Ainda, que a percepção da paisagem da ilha, integrada ao componente social, garantiu a permanência no território de povos tradicionais caiçaras e indígenas. Ou seja, na criação do parque, a paisagem, o ‘produto contemplativo’, ou, ainda, as características físicas e sociais da ocupação daquela ilha levaram à criação e conservação do parque.

5.3 Definição e Interpretação dos Conceitos de Paisagem e Território no Contexto do SNUC

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, reconhece a indissociabilidade entre a proteção ambiental e a valorização da paisagem e do território. Através da análise integrada desses conceitos, o SNUC busca promover a gestão participativa e sustentável das áreas protegidas, assegurando a preservação da biodiversidade e dos direitos das comunidades tradicionais.

No SNUC, a paisagem é definida como "a área geográfica percebida pelo observador, composta por elementos naturais e antrópicos, inter-relacionados e dinâmicos" (BRASIL, 2000, art. 3º, VI). Essa definição vai além da mera contemplação estética, reconhecendo a paisagem como um palco de interações entre o homem e o meio ambiente. (AB'SÁBER, 2003) Mesmo assim, coloca a paisagem como algo a ser usufruída, um instrumento.

Resgatando os ensaios de Besse (2006), percebe-se que a noção da paisagem como algo a ser contemplado, observada, tal qual a primeira experiência do poeta italiano, é tida como ponto de partida do SNUC. No entanto, conforme pontuado pelo autor, a paisagem, ao longo do tempo, passa a ter também um caráter científico, de estudo, de autópsia, mas reconhecendo seu caráter orgânico, social e humano.

Recorrendo a Vitte (2007), a paisagem no SNUC é moldada não apenas pela configuração geográfica das unidades de conservação, mas também pelos valores simbólicos e pela percepção coletiva associada a essas áreas. Ela reflete a interação entre a natureza preservada, a cultura local e as atividades humanas de conservação e turismo.

Na Ilha do Cardoso, a paisagem se configura como um mosaico de elementos naturais e culturais que se entrelaçam harmonicamente. A topografia acidentada, marcada por serras, planícies e restingas, compõe o palco principal dessa paisagem (AB'SÁBER, 2003).

A visão de Ab'Sáber (2003), ressalta a complexidade das paisagens, resultantes da interação entre processos naturais e ação humana ao longo do tempo. No SNUC, isso implica reconhecer a diversidade de ecossistemas e a riqueza biológica presentes nas UCs, assim como a importância de abordagens integradas de conservação e desenvolvimento sustentável.

No entanto, a paisagem da Ilha do Cardoso não se completa apenas com os elementos naturais. As comunidades tradicionais caiçaras e indígenas, presentes na ilha há séculos, deixaram suas marcas indeléveis na paisagem, moldando-a através de suas práticas agrícolas, de pesca e de construção de moradias (BERTRAND, 1968). Além disso, continuam, ainda hoje, a moldar essa paisagem, à exemplo da nova ocupação da Enseada da Baleia, que adaptou sua cultura, cultivo e economia, dependente da terra, para se estabelecer no novo ambiente. Seus saberes ancestrais e sua profunda conexão com o ambiente natural enriquecem, moldam e transformam a paisagem com uma camada intangível de significado cultural, bem como pontua Baldin (2021).

Já o conceito de território é reconhecido no SNUC como o "espaço das relações sociais, dos conflitos e das convergências entre diferentes grupos sociais e interesses" (BRASIL, 2000, art. 3º, VII). Essa definição vai além da mera delimitação geográfica, reconhecendo o território como um espaço de direitos e identidade. (CONTI, 2014) Além disso, coloca, portanto, o território como uma consequência de uma dinâmica de ocupação humana.

Por outro lado, o Estado brasileiro, representado pelo parque, busca conciliar a proteção ambiental com o desenvolvimento social e econômico da região (FURLAN, 2000). Essa busca por conciliação nem sempre é fácil e requer um diálogo constante entre as diferentes partes envolvidas, com o objetivo de encontrar soluções que atendam às necessidades de todos.

Sob a perspectiva de Haesbaert (2007) e Furlan (2000), o território no SNUC vai além das fronteiras geográficas das unidades de conservação. Ele também inclui as relações de poder e as dinâmicas políticas que influenciam a criação, a gestão e a preservação dessas áreas protegidas. Isso se reflete na interação entre órgãos governamentais, comunidades locais e outros atores envolvidos na conservação.

Considerando o conceito de território usado por Milton Santos no SNUC, o território usado pode ser compreendido como as áreas efetivamente protegidas e geridas como UCs, bem como as regiões circunvizinhas que podem ser afetadas por essas áreas em termos de políticas de conservação, uso de recursos naturais e desenvolvimento socioeconômico. (MORAES, 2013)

A gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso representa um exemplo de aplicação dos conceitos de paisagem e território no SNUC. O Plano de Manejo do parque, elaborado de forma participativa com as comunidades e demais agentes locais, públicos e civis, reconhece a importância da biodiversidade, da cultura local e dos direitos territoriais das comunidades. (BRASIL, 2000) Isso não impede, portanto, que a dinâmica territorial, de disputa de poder e conflitos de interesses, se dê naquela

região.

O sucesso da gestão do PEIC dependerá da capacidade de integrar diferentes saberes e perspectivas, construindo um diálogo permanente entre as comunidades, o Estado e demais atores sociais. Portanto, dependerá da capacidade da gestão atual de reconhecer as dinâmicas territoriais em questão, postas e fruto da natureza dicotômica entre estado e sociedade, entre restrição e conservação. Dessa forma, a gestão participativa e transparente é fundamental para garantir a preservação da rica paisagem, resultado dessas interações, e do complexo território da Ilha do Cardoso para as futuras gerações. (CONTI, 2014)

Nessa perspectiva, conforme Conti (2014), Dresch destaca a importância de considerar não apenas a paisagem natural, mas também as transformações realizadas pela sociedade. No contexto do SNUC, isso significa reconhecer o impacto da criação de UCs na ocupação e modo de vida das populações das UCs, bem como os impactos socioeconômicos e ambientais nas paisagens circundantes.

A análise integrada desses conceitos revela a complexidade do SNUC como um sistema de gestão territorial e conservação ambiental. Ele abrange não apenas as áreas protegidas em si, mas também as interações entre essas áreas, as comunidades locais e outros atores sociais. Compreender as características de território e paisagem dentro desse contexto é fundamental para promover uma conservação socialmente justa e abrangente das áreas protegidas.

5.4 Aplicação dos Conceitos no Estudo de Caso do Parque Estadual Ilha do Cardoso

O PEIC se destaca como um rico mosaico de paisagens e territórios, moldados por dinâmicas naturais e socioculturais complexas. Através da análise integrada dos conceitos de paisagem e território, podemos compreender as características singulares dessa Unidade de Conservação (UC) e os desafios inerentes à sua gestão e preservação.

Ab'Sáber (2003) destaca que as paisagens são heranças resultantes de interações entre ações humanas e processos naturais ao longo do tempo e do espaço. Na Ilha do Cardoso, essa abordagem é fundamental para compreender a complexidade da paisagem, que inclui desde formações geológicas até ecossistemas costeiros e áreas de manguezais e, por consequência, contempla dinâmicas de uso e ocupação do território diversas, incluindo turismo, artesanato, pesca e cultivos

Sendo assim, a paisagem da Ilha do Cardoso não se completa apenas com os elementos naturais. Como explorado, a presença de povos tradicionais na ilha, há séculos, configuram a paisagem da ilha como uma representação fiel daquilo que uma paisagem se propõe a ser: não só os elementos naturais, mas também vestígios e evidências de uma ocupação e resistência tradicional. Ao mesmo tempo, essa presença denota a dinâmica de poder que compõe o território da ilha: um ambiente de disputa, em que, recentemente, parte relevante do poder está cedido à população, através da gestão do turismo no parque.

O turismo é parte relevante da renda de algumas das comunidades da ilha e, por consequência, a gestão dessa atividade é também símbolo da posse de ao menos parte do poder do território.

Ao mesmo tempo, o deslocamento da comunidade da Enseada da Baleia, frente ao forte processo erosivo onde habitavam, denota o caráter dinâmico, orgânico e ainda, imutável da paisagem. A comunidade foi forçada a se deslocar, de um local previamente estabelecido, inclusive, nos planos e diretrizes do parque, para garantirem sua permanência ali. Entende-se, portanto, a mutabilidade incontestável da paisagem, e a dinâmica de ocupação, através da resistência, do território. Dessa forma, tem-se a contraposição entre o conceito central de limitação e definição de fronteiras, representado pela delimitação da UC e seus zoneamentos, e a dinâmica real de construção de paisagem e ocupação de território, que é marcada por conflitos, desastres e, principalmente, de mudanças entre a interação homem-natureza.

Portanto, seguindo Hayama e Cardoso (2018), percebe-se que a história de estabelecimento do parque é marcada por processos não lineares e, ainda, em processos dualistas. A criação do Parque Estadual, ao proteger a biodiversidade, também resultou na marginalização das comunidades Caiçaras, transformando o "tempo de fartura" em um "tempo de perseguição". Essa situação revela ideologias preservacionistas e conservacionistas que consideram essas populações incapazes de cuidar de seus próprios territórios. O conceito de "refugiados da conservação" evidencia a opressão enfrentada por comunidades tradicionais, que resistem e se organizam para promover a conservação ambiental e formas mais justas de convivência. Mesmo diante das adversidades, como fenômenos naturais e intervenções antrópicas, essas comunidades permanecem resilientes e esperançosas.

A proibição de atividades tradicionais e o impacto ambiental negativo de projetos do próprio governo – comum quando da criação de Unidades de Conservação, especialmente as de Proteção Integral - evidenciados por Hayama e Cardoso (2018), refletem um cenário de marginalização e injustiça socioambiental. A resistência e reversão a esse cenário é ilustrado na análise de Maurício de Alcântara Marinho (2013), que detalha a gestão e governança da comunidade do Marujá dentro do mesmo parque. O estudo de Marinho destaca como a comunidade caiçara do Marujá, apesar das restrições impostas e da criação do parque em 1962, desenvolveu um modelo de cogestão que inclui técnicas de cartografia social e planejamento sustentável. O Marujá exemplifica a resistência e a capacidade de planejamento das comunidades tradicionais, que buscam se adaptar e promover práticas sustentáveis mesmo sob restrições severas. Portanto, apesar dos desafios, as comunidades tradicionais como a do Marujá têm buscado alternativas de gestão e coexiste com as áreas protegidas, mostrando uma possível via para a reconciliação entre conservação ambiental e justiça socioambiental.

Marinho (2013), cita que no Plano de Manejo do Marujá, conduzido pela Associação de Moradores do Marujá (AMOMAR), a comunidade propõe estudos arquitetônicos, paisagísticos e de manejo agroecológico para a área de ocupação. O projeto aborda saneamento ambiental, fornecimento

de rede elétrica e outras intervenções, utilizando tecnologias eficientes e de baixo impacto ambiental.

Ainda conforme Marinho (2013), externamente, as áreas de pesca no oceano e no canal, bem como os roteiros de visitação no Parque, são detalhadamente representados. Essas atividades são conhecidas e reguladas pelos órgãos gestores das APs, como o PEIC, a Reserva Extrativista (RESEX) da Ilha do Tumba, e as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Cananeia-Iguape-Peruíbe e Marinha Litoral Sul.

Por fim, é destacada a necessidade de aprofundamento da cartografia social, sugerindo levantamentos de campo e mapeamento de pontos de pesca fixa, trilhas e áreas de manejo florestal e extrativista. A revisão dos regulamentos de manejo e a perspectiva de novas categorias de proteção podem abrir possibilidades de reterritorialização para a comunidade Marujá e outras comunidades, estabelecendo pactos em torno de territórios tradicionais sobrepostos por áreas protegidas. Os mapas da territorialidade elaborados elucidam essas possibilidades, demonstrando o potencial de pactos e cooperação entre as comunidades tradicionais e as áreas protegidas na região do Lagamar. (MARINHO, 2013)

É interessante pontuar a perspectiva de representar a territorialidade através da cartografia social, sendo essa uma ferramenta para reivindicação do território, especialmente quando há em questão uma dinâmica de sobreposição territorial. A representação do território, com seus usos e dinâmicas, e liderada pela comunidade, é uma forma de reconhecer a posse, ainda que indireta, daquele território. A demarcação, antes estabelecida em portarias estaduais e que desconsidera a ocupação, pode vir a ser transformada a partir de um zoneamento coletivo e representativo daquela comunidade que de fato conserva, protege e promove a paisagem.

Nessa mesma linha, Vitte (2007) destaca que a paisagem é construída como uma categoria social pelo imaginário coletivo, refletindo a interação entre natureza e cultura. Nesse sentido, na Ilha do Cardoso, a paisagem é formada por características geológicas marcantes, como rochas intrusivas e sistemas de falhas verticais, que atraem e denotam um valor contemplativo da ilha, mas que são moldadas pela intervenção humana, como a ocupação das comunidades caiçaras. Essa intervenção pode e deve ser reconhecida nos instrumentos de gestão de áreas protegidas. Como demonstrado, o território da Ilha do Cardoso configura-se como um espaço de disputas e convergências entre diferentes grupos sociais e interesses. As comunidades tradicionais, que habitam a ilha há gerações, possuem um forte sentimento de pertencimento e defendem seus direitos territoriais e a preservação do modo de vida tradicional, se apropriando dele.

O território não é apenas uma área geográfica controlada politicamente, mas também envolve aspectos simbólicos de apropriação, como pontua Haesbaert (2007). Furlan (2000) complementa essa visão, ressaltando que o território é um campo de forças e ações políticas. Na Ilha do Cardoso, essa perspectiva pode ser observada, justamente, nas dinâmicas de poder da ocupação e da gestão territorial,

tanto por órgãos governamentais quanto por comunidades locais, havendo uma certa troca de poderes e, ainda, um movimento de revisão de atribuições. Mesmo assim, pontua-se a soberania do poder estatal na gestão de Unidades de Conservação, que é responsável por transferir essa possibilidade, mas que pode ser revogada. Cabe às comunidades, por sua vez, manter uma dinâmica de resistência e, principalmente, articulação, para exercer esse direito e, no limite, poder. Conforme Moraes (2013) como traz a abordagem de Milton Santos, o território é resultado de processos históricos e sociais, além de ser a base material das ações humanas.

Na Ilha do Cardoso, o território se configura como um espaço de disputas e convergências entre diferentes grupos sociais e interesses (CHUPIL; MONTEIRO-FILHO, 2022). As comunidades tradicionais, que habitam a ilha há gerações, possuem um forte sentimento de pertencimento e defendem seus direitos territoriais e à preservação do modo de vida tradicional, como visto pelos esforços da Comunidade Marujá em reivindicar seus direitos, a Enseada da Baleia em pleitear uma realocação frente ao plano de uso e zoneamento do parque e a associação que passa assumir a gestão do parque, em medida inédita no país. (BRASIL, 2000)

Nessa dinâmica, a análise dos conceitos de paisagem e território no plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, conforme discutido pelo Instituto Linha D'Água (2021), revela a necessidade de uma abordagem que reconheça a diversidade de significados e usos do território pelas comunidades locais. A busca pela conciliação entre a proteção ambiental e o desenvolvimento social e econômico é uma constante no contexto das UCs no Brasil. O Estado brasileiro, representado pelo parque, tenta equilibrar essas duas dimensões, um processo que requer diálogo constante entre as partes envolvidas para encontrar soluções que atendam às necessidades de todos (Furlan, 2000). No Parque Estadual da Ilha do Cardoso, essa conciliação se manifesta na necessidade de integrar conhecimentos científicos e tradicionais na gestão do território, reconhecendo e valorizando os conhecimentos locais das comunidades caiçaras (SÃO PAULO, 2001).

A análise do plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SÃO PAULO, 2001), demonstra a complexidade da delimitação e gestão do território no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. O equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento social e econômico é um desafio contínuo que requer uma abordagem flexível e inclusiva, reconhecendo a diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais.

A gestão do PEIC enfrenta o desafio de equilibrar a proteção ambiental com as necessidades das comunidades tradicionais e o desenvolvimento sustentável da região. Conforme Hayama e Cardoso (2018), as comunidades caiçaras foram marginalizadas devido a políticas de conservação que restringiram suas práticas tradicionais e forçaram a migração para áreas urbanas. Essa marginalização evidencia a necessidade urgente de uma abordagem integrada que não apenas reconheça a importância da biodiversidade, mas também respeite a cultura local e os direitos territoriais das comunidades.

O estudo de Maurício de Alcântara Marinho (2013) exemplifica como a comunidade caiçara do Marujá conseguiu desenvolver um modelo de cogestão e resistência, mesmo sob restrições severas. O plano de manejo do PEIC, elaborado de forma participativa, é uma tentativa de conciliar essas dimensões ao incorporar as perspectivas e necessidades das comunidades locais (CHUPIL; MONTEIRO-FILHO, 2022). Este plano define diretrizes para a proteção ambiental, pesquisa científica, educação e desenvolvimento social, refletindo a importância de uma gestão integrada e colaborativa.

A permanência na Ilha do Cardoso é uma questão crucial para as comunidades caiçaras que resistem às pressões externas e ameaças históricas de deslocamento. Os caiçaras da Ilha do Cardoso valorizam a manutenção do seu espaço como um meio de preservar suas tradições e identidade cultural. A resistência à mudança e a decisão de permanecer na Ilha envolvem vários desafios, como a necessidade de reconstruir tudo a partir do zero em uma nova localização, como foi o caso da comunidade da Enseada da Baleia. A realocação para a Nova Enseada foi complexa, exigindo a construção de novas residências e a reorganização das atividades produtivas em um ambiente desconhecido, o que gerou insegurança e resistência entre os moradores. (YAMAOKA, 2019)

Assim, a gestão do PEIC enfrenta o desafio de conciliar a proteção ambiental com as necessidades das comunidades tradicionais e o desenvolvimento sustentável da região. Essa tarefa complexa exige uma abordagem integrada que reconheça a importância da biodiversidade, da cultura local e dos direitos territoriais das comunidades (CHUPIL; MONTEIRO-FILHO, 2022), mas que também reconheça os diferentes agentes do ecossistema da conservação ambiental, que vão além do estado e dos comunitários.

Como explorado, o sucesso da gestão de uma UC depende da capacidade integradora de construir diálogos entre os diferentes agentes e ocupantes daquela área protegida. Essa gestão participativa e transparente é fundamental para garantir a preservação da rica paisagem e do complexo território da Ilha do Cardoso para as futuras gerações (CONTI, 2014).

Segundo Moraes (2015), o plano de manejo do Parque Estadual Ilha do Cardoso é um exemplo significativo da aplicação dos conceitos de paisagem e território na gestão ambiental. A paisagem é tratada como um elemento dinâmico que engloba aspectos naturais e culturais, destacando a importância de identificar e conservar as unidades de paisagem. Essas unidades são áreas homogêneas com características específicas de uso e ocupação do solo, vegetação e ecossistemas. A valorização das belezas cênicas e naturais da região, incluindo ecossistemas como manguezais, restingas e florestas ombrófilas, é crucial para promover o ecoturismo sustentável e a educação ambiental.

O conceito de território no plano de manejo abrange tanto a dimensão física quanto a socioeconômica. Moraes (2015) enfatiza a necessidade de zoneamento ecológico-econômico, definindo zonas de proteção e manejo que consideram as dinâmicas regionais e os usos permitidos do solo e dos recursos hídricos.

O plano de manejo, portanto, reconhece que a paisagem não é apenas um cenário estático, mas um conjunto dinâmico de elementos naturais e culturais. A conservação das unidades de paisagem, com suas características específicas de vegetação, uso do solo e ecossistemas, é essencial para manter a integridade ambiental e promover o ecoturismo sustentável.

Por outro lado, o conceito de território envolve a dimensão física e socioeconômica do espaço, reconhecendo o papel das comunidades tradicionais na gestão e uso dos recursos naturais. O território é visto como um espaço de interação e conflito, onde práticas sustentáveis devem respeitar os modos de vida tradicionais, como os dos quilombolas, indígenas e caiçaras.

A experiência do Parque Estadual Ilha do Cardoso serve como um modelo para outras unidades de conservação dentro do SNUC. Ela mostra que uma gestão eficaz deve ser holística, integrando a proteção ambiental com o desenvolvimento social e econômico das comunidades locais. Esse enfoque é essencial para a construção de políticas públicas que sejam verdadeiramente sustentáveis e inclusivas.

Portanto, a experiência do Parque Estadual Ilha do Cardoso, apesar de ter seus desafios e limitações, demonstra que a integração entre a conservação ambiental e a justiça social é possível e necessária. A gestão participativa e transparente, refletida no plano de manejo, oferece um modelo para a construção de políticas públicas que sejam sustentáveis e inclusivas, garantindo a preservação da rica paisagem e do complexo território da ilha para as futuras gerações.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi investigar como os conceitos de paisagem e território são aplicados na construção e gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil, com um foco particular no caso do Parque Estadual Ilha do Cardoso.

O Plano de Manejo do Parque Estadual Ilha do Cardoso ilustra a complexa intersecção entre os conceitos de paisagem e território na gestão ambiental, conforme discutido por Milton Santos. O plano reflete uma abordagem holística que integra aspectos naturais e culturais, evidenciando a importância de um gerenciamento participativo e sensível às necessidades das comunidades locais.

O conceito de paisagem é tratado no plano de manejo como um elemento dinâmico, que vai além da simples observação estética para incluir as interações entre os elementos naturais e culturais da região. A valorização das diversas unidades de paisagem, como manguezais, restingas e florestas ombrófilas, é essencial para promover práticas sustentáveis de ecoturismo e educação ambiental. A importância de identificar e conservar essas unidades é um passo crucial para garantir que a beleza cênica e a biodiversidade da região sejam preservadas e apreciadas por gerações futuras. Ao mesmo tempo, existem dinâmicas de ocupação humana desta paisagem que a moldam, como é o caso da realocação da comunidade da Enseada da Baleia, que reformula sua ocupação e uso do solo a partir de uma mudança radical no seu território.

O conceito de território, por sua vez, é abordado como um espaço de interação entre comunidades e recursos naturais, considerando tanto as dimensões físicas quanto socioeconômicas. O plano de manejo reconhece a importância das comunidades tradicionais, como os caiçaras e indígenas, e busca integrar suas práticas e conhecimentos na gestão do parque. A participação ativa dessas comunidades na elaboração e implementação do plano é fundamental para garantir que suas necessidades e direitos sejam respeitados, promovendo um equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

O sucesso da gestão do PEIC é relacionado à capacidade de construir espaços e dinâmicas formais de diálogo contínuo e construtivo entre o Estado, as comunidades locais e outros atores sociais. A integração dos saberes científicos e tradicionais é essencial para uma gestão eficaz que respeite tanto a biodiversidade quanto as práticas culturais das comunidades. A participação ativa das comunidades no processo de tomada de decisões e a implementação de iniciativas de educação ambiental são fundamentais para o sucesso do plano de manejo e para garantir a preservação do território e da paisagem para as futuras gerações.

A análise dos conceitos de paisagem e território no contexto do PEIC revela a necessidade de

uma abordagem flexível e inclusiva na gestão das Unidades de Conservação. A integração dos aspectos naturais e culturais, o respeito pelos direitos territoriais das comunidades e a promoção de uma gestão participativa são componentes essenciais para alcançar um equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento social. O PEIC serve como um modelo de como a gestão integrada e colaborativa pode contribuir para a conservação e valorização dos territórios e paisagens, refletindo a importância de uma abordagem que considere tanto os elementos naturais quanto os aspectos sociais e culturais envolvidos.

Por fim, a discussão geográfica sobre os conceitos de território e paisagem mostra-se presente na formulação das políticas públicas de conservação ambiental, aqui destacadas na criação do SNUC e da criação do PEIC. Ainda que o fato motivador para a criação do parque tenha sido sua paisagem “natural”, os aspectos históricos e sociais de ocupação são ressaltados e protegidos. Já o SNUC, estabelecido após a criação do parque, traz em sua formulação uma perspectiva alinhada com as discussões aqui postas pelos principais autores mencionados. O caráter dinâmico da paisagem é reconhecido no SNUC, bem como também se dá a perspectiva de existência de dinâmicas de poder no território. De toda forma, a experiência das diferentes comunidades e ocupações no PEIC denota esse caráter dicotômico entre a definição e limitação de uma Unidade de Conservação, com estabelecimento de regras e diretrizes de uso restritivos, e essas características intrínsecas às paisagens e territórios, de mutabilidade, transformação e disputas. Mesmo assim, entende-se que as diferentes experiências de reivindicação de direitos pelos caiçaras do PEIC é reflexo de uma gestão que enxerga essas dinâmicas e permite a transformação, em algum nível, da paisagem e do território.

Durante o desenvolvimento deste estudo, algumas limitações foram encontradas. Primeiramente, a disponibilidade e a qualidade dos dados históricos e cartográficos variaram, o que pode ter influenciado a precisão das análises espaciais e temporais. Além disso, as percepções e práticas territoriais das comunidades locais foram baseadas em estudos documentais e bibliográficos, que, embora valiosos, são subjetivos e podem refletir vieses individuais. Além disso, a abordagem qualitativa adotada, embora profunda e detalhada, poderia ser complementada por estudos quantitativos que forneçam uma visão mais abrangente dos impactos das políticas de conservação.

Para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar o estudo das interações entre as políticas de conservação e as dinâmicas socioeconômicas das comunidades locais. Estudos longitudinais que acompanhem as mudanças nas práticas territoriais ao longo do tempo podem fornecer insights valiosos sobre a eficácia das políticas de manejo e suas adaptações necessárias. Além disso, investigações que explorem a relação entre a educação ambiental e a participação comunitária na gestão das UCs podem oferecer caminhos práticos para melhorar o engajamento e a colaboração entre gestores e comunidades. Finalmente, ampliar o escopo para incluir outras UCs em diferentes regiões do Brasil poderia ajudar a identificar padrões e variáveis contextuais que influenciam a gestão territorial em diferentes ambientes e culturas.

REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, A.N. - **Os domínios da natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas**. São Paulo, Ateliê Editora, 2003, 159 p.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **DECRETO N. 40.319, DE 3 DE JULHO DE 1962. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em Cananéia**. Disponível em: <<https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/repositorio/524/documentos/decreto-40319-03.07.1962.pdf>>. Acesso em 10/07/2023.
- BALDIN, Rafael. **Sobre o Conceito de Paisagem Geográfica**. Paisag. Ambiente: Ensaio, São Paulo, v. 32, n. 47, e180223, 2021.
- BESSE, J. M. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 01/07/2020.
- CARVALHO, M. C. P.; SCHMITT, A. **Laudo histórico antropológico para a identificação de famílias tradicionais na Ilha do Cardoso**. Relatório Técnico Científico elaborado em atendimento ao termo de referência (TDR) emitido pela Diretoria de Assistência Técnica da Fundação Florestal de São Paulo. São Paulo, 2012. Apud: GONZALEZ, M. A. D. **Os caiçaras da Ilha do Cardoso e “A coisa fora do lugar”**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, 2016.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução conama nº 13/90, de 6 de dezembro de 1990**. Brasília: DOU, 1990.
- CONTI, José Bueno. **Geografia e Paisagem**. Ciência e Natura, v. 36 Ed. Especial, 2014, p. 239–245
- CORÊA, Roberto Lobato A. **Territorialidade e Corporação: Um Exemplo**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.
- CHUPIL, H.; MONTEIRO-FILHO, E. L. DE A. **Birds of Parque Estadual Ilha do Cardoso: ecology, conservation and natural history**. Biota Neotropica, v. 22, n. 1, p. e20211295, 2022.
- DIEGUES, A. C. A. C. (Org.). **Enciclopédia Caiçara**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-CEC/USP, 2005. 465 p. (Volume IV: História e Memória Caiçara). Apud: GONZALEZ, M. A. D. **Os caiçaras da Ilha**

do Cardoso e “A coisa fora do lugar”. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, 2016.

FURLAN, Sueli Ângelo. **Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental—situação do Parque Estadual de Ilhabela na ilha de São Sebastião-SP**. Enciclopédia caiçara—O Olhar do Pesquisador, v. 1, p. 225-252, 2000.

GONZALEZ, M. A. D. **Os caiçaras da Ilha do Cardoso e “A coisa fora do lugar”**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, 2016.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade: Um Debate**. In: GEOgraphia – Ano IX n. 17, 2007.

HAYAMA, A. T.; CARDOSO, T. M. **Comunidades Caiçaras da Ilha do Cardoso, Conlitos Socioambientais e Refugiados da Conservação**. In: JUBILUT, L. L. et al. **Refugiados Ambientais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. pp. 608-638.

HILGERT, C. D; YAMAOKA, J. G.; RAMOS, É. P.; GINI, G. A.; ZAMBUZI, S. B. **Protocolo de Consulta: Enseada da Baleia Comunidade Tradicional Caiçara**. Ilha do Cardoso, Cananeia/SP, novembro de 2020.

INSTITUTO LINHA D'ÁGUA. **Mini Documentário: Enseada da Baleia (Ilha do Cardoso, SP)**. Youtube, 30 nov. 2021. 7 min. 4 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V1pE5Zfgbx0>. Acesso em 05/08/2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Parque Estadual da Ilha do Cardoso comemora 44 anos**. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/43640>>. Acesso em 10/07/2023.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LABOPLAN, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. **O Papel Ativo da Geografia Um Manifesto**. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

LIMA, G.; MAIA DE BRITO, A. G.; FELIPE FARIAS, J. **Um resgate a obra de Georges Bertrand: contribuições teóricas e metodológicas na análise da paisagem**. Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade, [S. l.], v. 3, n. 01, p. 03–20, 2021. DOI: 10.46551/rvg2675239520211320. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/3142>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LOPES, Jonathan Felix Ribeiro. **Território na Geografia de Milton Santos**. Invest. Geog, Ciudad de México , n. 85, p. 128-130, 2014 . Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112014000300010&lng=es&nrm=iso>. accedido en 14 jul. 2023.

MAJELA, Geraldo. **Áreas naturais protegidas e indicadores socioeconômicos: o desafio da conservação da natureza**. Jundiaí: Paco Editora, 2017.

MARINHO, M. A. **Territorialidade e governança em áreas protegidas: O caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)**. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, 2013.

MARINHO, Mauricio; FURLAN, Sueli. Territorialidades em transformação: O caso do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP, Brasil). In: EGAL, 15., 2015, Cuba. **Anais...** Habana: Facultad de Geografía. Universidad de La Habana, 2015. pp. 1-14.

MATHEWSON, K.; SEEMANN, J. **A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley: um precursor ao surgimento da História Ambiental**. *Varia Historia*, v. 24, n. 39, p. 71–85, jan. 2008.

MILANELO, M. **Comunidades tradicionais do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e a ameaça do turismo emergente**. In *Anais do 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas*, 1992.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades Conservação – SNUC**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. GOB.BR. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/areas-protegidas/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza-snuc>. Acesso em: 18 maio 2024.

MORAES, A. C. R. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MORAES, M. B. R. **Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental Cananeia-Iguape-Peruíbe, SP**. Ministério do Meio Ambiente, 2015.

NABHAN, N. **Dois mares que se juntam e a coletividade que aflora: meio ambiente e identidade caiçara na comunidade da Nova Enseada, Parque Estadual da Ilha do Cardoso-SP**. Dissertação de (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São Carlos, 2021.

PATRIANI, Luís. **Caiçaras assumem gestão de parque estadual no litoral de SP; parceria é inédita no Brasil**. MONGABAY. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/05/caicarass-assumem-gestao-de-parque-estadual-no-litoral-de-sp-parceria-e-inedita-no-brasil/>. Acesso em: 18 maio 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANEIA. **Parque Estadual Ilha do Cardoso**. Disponível em: <https://cananeia.sp.gov.br/turismo/atrativos/parque-estadual-ilha-do-cardoso>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SÃO PAULO. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso: Fase 1**. São Paulo, 1998.

SÃO PAULO. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso: Fase 2**. São Paulo, 2001.

SOUZA, M. N. et al. **Revegetação, matéria orgânica e a sustentabilidade nos procedimentos de recuperação de solos degradados**. In: SOUZA, M. N. (Org.) **Tópicos em recuperação de áreas degradadas**. Vol. VI. Canoas, RS: Mérida Publishers, 2023. Capítulo 2, p. 72-93.

STRACHULSKI, Juliano. **O PERCURSO DO CONCEITO DE PAISAGEM NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E PERSPECTIVAS ATUAIS**. Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/Câmpus de Iporá, v.4, n. 2, p. 03 - 33 – jul/dez 2015 – ISSN 2238-3565.

VITTE, Antonio Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol. 6, núm. 11, 2007, pp. 71-78.

YAMAOKA, Juliana Greco. **RESISTÊNCIA PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO: O CASO DA COMUNIDADE CAIÇARA DA ENSEADA DA BALEIA, CANANÉIA - SP**. 2019. 255 f. Dissertação (Mestrado) - Pós- Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019.